



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
SUBCOMISSÃO DE CULTURA

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 1º de setembro de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Manifestação do público

21306

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Boa noite a todos e todas. Vamos começar imediatamente a nossa audiência pública.

Presidindo a audiência pública temática da Subcomissão de Cultura, criada no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 2ª Audiência Pública Semipresencial desta Subcomissão, no ano de 2025, convocada para hoje, 1º de setembro.

Esta audiência pública tem por objeto discutir os desafios enfrentados pelos artistas de rua da cidade de São Paulo, bem como as medidas necessárias para garantir a liberdade de expressão artística nos espaços públicos e a transparência nas regras de uso desses locais onde convivem artistas, moradores da Avenida Paulista, representantes do Executivo, em atenção ao Requerimento 23/2025, de minha autoria.

Informo que esta reunião está sendo realizada de forma semipresencial, no auditório Prestes Maia, mediante o aplicativo Microsoft Teams e é transmitida ao vivo na página Auditórios On-line, no *site* da Câmara, e também pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo, no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência foi publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, no dia 14/08/2025, e as inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, também desde o dia 14/08, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual.

Declaro abertas as inscrições para o público se manifestar e elas permanecerão abertas por 15 minutos.

Antes de começar e chamar para a Mesa os nossos convidados, eu queria imediatamente passar ao Lívio Giosa, para uma breve fala. Ele acabou de me comunicar que vai ter que sair rapidamente. Ele seria um dos integrantes da Mesa, por isso peço licença, antes de compor a Mesa, porque o horário dele está apertado.

Passo para ele fazer a sua manifestação. Por favor, Lívio Giosa.

O SR. LÍVIO GIOSA – Boa noite a todas e a todos. Obrigado, Vereador Dheison Silva por essa oportunidade. Eu pedi esse especial favor porque eu coordeno os cursos de pós-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 2 DE 50

graduação da FGV e teremos reunião na Avenida Paulista e aula também. Eu terei que sair, realmente estou em cima do horário.

Primeiro, quero cumprimentá-lo, Vereador, pela iniciativa, e todos aqueles que estão aqui e fazem parte do dia a dia da Avenida Paulista, em especial o Marcelo Sando, que foi um dos grandes batalhadores desse processo; a Raphaela, que tem uma liderança muito forte lá na região por conta da sua tarefa e do trabalho junto aos moradores; e todos os síndicos e pessoas que circulam na Avenida Paulista.

Quero dizer que a Associação Paulista Viva, com 29 anos de atuação, sempre se preocupou com o bem-estar dos moradores, dos comerciantes, dos passantes e de todos aqueles que vivem e convivem na Avenida Paulista. E é importante destacar, Vereador, que desde o início da operação Ruas Abertas, a Associação se posicionou muito fortemente perante a Prefeitura de São Paulo para que esse processo tivesse uma orientação, uma regulamentação, algo que pudesse ser disciplinado à luz dos usuários, daqueles que iriam frequentar a Avenida Paulista, já que era um fato novo na cidade de São Paulo, a primeira ação de Ruas Abertas, e precisaria ter regras.

Nós fomos muito fortes nessa discussão, mas infelizmente à época, a Prefeitura deixou as coisas acontecerem para perceber como é que o próprio público teria esse processo de convivência local. O tempo passou e todos que acompanham o dia a dia da Avenida Paulista aos domingos percebem transformações radicais, mas especialmente em relação aos moradores. Imagine, Vereador, quem mora na Avenida Paulista, aos domingos. Não pode receber ninguém, não pode sair, tem que ficar preso na sua atividade, em casa, e esse é um fato recorrente que precisa ser avaliado.

Quando os artistas de rua começaram a frequentar a Avenida Paulista, e com toda a abertura, a Associação sempre se posicionou a favor dos artistas de rua. A gente começou a perceber uma mudança de contexto do dia a dia na avenida e essa contextualização fica clara pela falta de fiscalização da Prefeitura, porque não foram só os artistas de rua, foram os artesãos e aqueles que têm as suas barracas. Eles foram ocupando os espaços porque estava uma coisa

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 3 DE 50

muito mais aberta e livre.

Hoje, a demonstração clara que nós temos é que há que se ter um alinhamento. Os estudos foram feitos, o Marcelo está aqui e ele vivenciou e coordenou essa ação de modo a demonstrar que há pontos fracos e frágeis nessa fiscalização e que nós temos que chegar a um consenso. E eu entendo que o papel desta audiência pública será muito importante para ouvir as vozes de cada um dos lados envolvidos e, ao mesmo tempo, você, como Vereador, avaliar esse impacto na cidade, legislando ou não, havendo ou não a participação do Executivo e do Legislativo, que a gente possa ter uma convivência normal, mais do que justa, seguindo os padrões legais. Se a gente seguir os padrões legais, vai chegar absolutamente à convivência entre as partes envolvidas.

A fala e a percepção da Associação Paulista Viva é exatamente neste tom, entendermos as posições de cada uma das partes, mas chegarmos a um consenso para poder termos um equilíbrio de convivência urbana, porque como você comentou, logo que chegou, a Avenida Paulista já não é mais dos paulistas, é dos brasileiros, não só dos paulistanos.

Na Avenida Paulista, há 12 câmaras de comércio, 32 consulados. Portanto, é uma mini ONU que perpassa a Avenida Paulista e não há quem chegue em São Paulo e não pense em outra coisa a não ser passar pela Avenida Paulista.

Então devemos ter o cuidado absoluto para que tenhamos uma avenida que realmente represente a nossa cidade e que seja um símbolo claramente identificado e a partir daí, as pessoas que circulam tenham essa sensação de pertencimento urbano adequado, com bem-estar e com uma boa convivência entre todos.

É isso o que eu queria declarar. Acho importante e quero que todos vocês tenham uma noite bem bacana de conversas, para que a gente chegue a um consenso entre as partes.

Obrigado, Vereador. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Lívio. Achei importante a manifestação do Lívio, uma vez que ele vai ter que sair.

Agora, compondo a Mesa, a gente convidou para esta audiência pública o Sr. José

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 4 DE 50

Antônio Totó Parente, Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, representado pelo Sr. Pedro Leão, de maneira *on-line*.

Também foi convidado para esta audiência pública o Sr. Marcelo Vieira Salles, Subprefeito da Sé. Está presente? Não. Espero que logo ele esteja conosco. É extremamente importante a presença do Coronel Salles, uma vez que é a subprefeitura que mais tem abrangência na região da Avenida Paulista.

Queria convidar para fazer parte da Mesa os Srs.: Celso Reeks, representante dos artistas de rua; Marcelo Sando de Oliveira, representante dos moradores da Avenida Paulista; Raphaela José Cyrillo Galletti, presidente da Associação MOV Paulista; Alessandro César Araújo Azevedo, coordenador do Escritório Estadual do Ministério da Cultura em São Paulo; Guido Spadari Casanova, presidente do Rotary Club São Paulo - Avenida Paulista; e Maria Preu, cantora, compositora e violinista.

O Sr. Lívio acabou de falar e teve que se ausentar.

Pessoal, primeiro, mais uma vez, boa noite a todos e todas presentes.

Esta audiência pública nasceu justamente da necessidade de a gente poder debater os aspectos que estavam acontecendo na Avenida Paulista. A gente recebeu uma série de denúncias e foram amplamente noticiados, por vários veículos de comunicação, dois fatos: um de uma fiscalização abrupta, não deixando os artistas se manifestarem na Avenida Paulista; e outro que foi a venda dos espaços, também amplamente noticiado pelos veículos de imprensa, de empresas que vendiam, guardavam espaços com aparelhagem de som para as bandas tocarem.

Então, foi a partir desses dois sentimentos que nasceu a convocação desta audiência pública. O tema é tão complexo, tão abrangente que, ao longo da preparação da audiência pública, recebemos diversas entidades, entre elas algumas aqui representadas, falando da complexidade que é hoje o convívio dos moradores - acabamos de ouvir a fala do Lívio - com outros representantes da Avenida Paulista. Então, acabamos tendo um caráter um pouco mais abrangente e descobrindo que o problema da Avenida Paulista é bem mais complexo, uma vez

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 5 DE 50

que temos uma série de decretos, de leis, que estão sendo mal implementadas pelo Poder Público Municipal.

Então, Pedro, antes de passar para o Executivo, acho que é importante ouvirmos as falas dos nossos convidados, depois, eu falo em nome do Poder Legislativo, e o Pedro Leão, representando a Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, faria as considerações mais para o final.

Bem, vão nos informando se o Coronel Salles, Subprefeito da Sé chegar, eu acho extremamente importante, creio que iria aceitar o convite desta Casa, para estar aqui, no dia de hoje. Não acredito na sua não-presença. Então, tenham fé, que em breve creio ele chegue por aqui, porque é extremamente importante. Ele foi convocado com ampla antecedência, então imagino que o Coronel Salles, uma vez que é ex-vereador desta Casa, deve ter todo respeito por esta Casa, e deve se fazer presente, ao longo desta audiência.

Queria passar a palavra para as considerações. Pedir um pouco de brevidade, cinco minutos para Celso Reeks.

O SR. CELSO REEKS - Boa noite, tudo bom? Eu sou Celso Reeks, sou representante dos artistas de rua, do Movimento de Artistas de Rua de São Paulo, sou representante desses artistas na Comissão de Conciliação, que foi formada na Secretaria, na Subprefeitura da Sé.

Queria agradecer ao Dheison pela convocação desta audiência pública, porque é um dos instrumentos que a gente tem para debater e pressionar o poder público. Lamento, já de início, a ausência da Subprefeitura, que é o agente mais importante nessa história que, infelizmente, está ausente. Se a gente tem hoje em dia um ambiente de caos, de confrontos, de todo tipo de problema na Avenida Paulista, no contexto da Paulista aberta, é essencialmente por omissão da Subprefeitura da sua função de zeladoria urbana.

A gente tem, desde o início do Programa Ruas Abertas, como o Lívio falou, tudo começou de modo experimental. Discordo dele sobre a necessidade, a priori, de ter criado regras, tipo, se você está criando algo, é difícil você esperar, já prever o que vai acontecer. Então,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 6 DE 50

fls 10

você tem que trabalhar com prototipagem urbana, é preciso entender como vai começar a funcionar a dinâmica do espaço e, aos poucos, ir ordenando tudo isso. No começo da Paulista aberta era algo completamente tranquilo, era praticamente um parque urbano, delicioso, e aos poucos começou a ser tomado por todo tipo de atividade, que não se constitui, a grande maioria, como arte de rua, o que causa os problemas que a gente têm hoje. A gente, logo no início, já denunciava, levava constantemente à Subprefeitura a necessidade de ter algum tipo de ordenamento, algum tipo de fiscalização na Avenida Paulista, para garantir, por exemplo, que artistas de rua pudessem se apresentar com respeito entre eles, que não houvesse a famosa guerra sonora, porque estou lá me apresentando, com minha caixinha, estou me apresentando acústico, aí chega alguém, do lado, com uma caixinha de som; aí chega alguém, do outro lado, com uma caixa de som ainda maior; aí chega um outro com duas caixas de som enormes. Hoje em dia, a gente tem eventos tomando a Avenida Paulista com enormes sistemas de som, que são para atingir um público de milhares de pessoas.

Então, existe uma desproporcionalidade na Avenida Paulista, e os dois elos mais fracos dessa corrente são: os moradores da avenida e os artistas de rua. E a gente está há anos tentando resolver esse problema, e constantemente tem a omissão da Prefeitura em relação a isso. No começo deste ano, a gente teve uma iniciativa, o que parecia ser uma iniciativa por parte da Subprefeitura, ainda sob a gestão do Coronel Camilo, que chamou para criar um grupo de trabalho para debater essas questões. Dentro desse grupo de trabalho, a gente começou a discutir e propor algumas regras de ordenamento, debatidas e acordadas entre artistas e moradores, e isso culminou numa primeira portaria. E, no meio do caminho, Coronel Camilo foi retirado, foi substituído por Salles, e o Salles entendeu que, pelo menos, parecia entender que seria mais adequada a instalação da Comissão de Conciliação, prevista no Decreto 55.140, que regulamenta a Lei dos Artistas de Rua, Lei Municipal 15.776. Em tese, essa Comissão de Conciliação formada por mim, representante dos artistas de rua; Marcelo, representante dos moradores; uma pessoa representando os comerciantes, que nunca apareceu; uma pessoa representando a Secretaria de Cultura, que participou da primeira reunião; e a Subprefeitura. A

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 7 DE 50

fls 11

gente, em tese, teria uma série de debates, uma série de encontros para conseguir propor regras de ordenamento. A gente teve uma primeira reunião, que pareceu produtiva, há três meses, com a promessa de uma segunda reunião, na semana seguinte, que foi postergada e postergada e postergada e postergada, e a gente está há três meses esperando acontecer alguma coisa. Crime ocorre, nada acontece, feijoadá... Tipo, estamos nessa, artistas, moradores, estamos todos à mercê da falta de boa-vontade da Prefeitura em resolver um problema que é responsabilidade exclusiva da Prefeitura, em especial da Subprefeitura da Sé que, infelizmente, está ausente.

Então, vamos aproveitar a chance de a gente estar aqui neste espaço, ouvir moradores, ouvir artistas. Eu acho que a gente já se ouviu bastante, mas é sempre bom ouvir mais ainda, ainda mais porque nós estamos nos apresentando para o Legislativo, para a Câmara Municipal, de forma mais oficial, e caminhar para encontrar uma solução, que seja boa para todos e que a Prefeitura trabalhe para executar e cumprir a sua responsabilidade legal.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) - Obrigado, Celso. Agora, vou passar a palavra para Marcelo Sando.

O SR. MARCELO SANDO DE OLIVEIRA - Olá, boa noite. Eu acho que só por uma questão de cronologia dos fatos, a Raphaela da MOV Paulista, que já está atuando na Paulista há muitos anos, acho que ela poderia começar explicando toda cronologia das questões da Avenida Paulista.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) - Pode ser Raphaela?

A SRA. RAPHAELA JOSÉ CYRILLO GALLETTI – Sr. Vereador, Presidente da Mesa da audiência pública, demais componentes da Mesa, público presente, todos os que estão nos acompanhando através do meio *online*.

Sou representante dos moradores da Avenida Paulista, porque a minha família, minha sogra, meu sogro para lá se mudarem em 1961. Então, estamos lá, 7 por 24, há algumas décadas. Também o meu escritório, tanto a minha administradora, a associação, o meu escritório

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 8 DE 50

de advocacia, estão na Avenida Paulista. Então sou completamente 7 por 24, Avenida Paulista, e paulistana que sou, sou nascida aqui, bem do ladinho da Avenida Paulista.

A experimentação do Ruas Abertas começou como uma ideia muito boa, a ideia de fazer a participação popular, trazer para um lugar icônico momentos de lazer para pessoas que não tinham solução, que não podiam poder em um espaço de lazer, de convívio social diverso, poder estar em vários.

Agora, trago um importante dado dessa questão: no momento que foi criado o programa Ruas Abertas – e eu gostaria muito que isso voltasse a acontecer -, eram 32 ruas abertas, ou seja, uma em cada subprefeitura. Por algum motivo, e eu sei quais são, depois a gente elenca, relata com mais detalhes, a Avenida Paulista, por ser a Avenida Paulista mais linda do que a história, nunca foi centro financeiro, tinha uma ou duas sedes de banco, mas a Avenida Paulista, ela tem essas coisas místicas, lendárias, as histórias que se criam, e ela foi chamando mais a atenção.

Enquanto isso o Executivo, o marketing em torno do programa Ruas Abertas se voltava só para Avenida Paulista, sem incentivar o resto da população, o resto da cidade de São Paulo a terem o seu Ruas Abertas em cada em cada subprefeitura, porque isso é importante. Hoje, o coletivo, o ônibus é gratuito em São Paulo, há 10 anos, não era, e o metrô também não. E a pessoa não tem que ficar se locomovendo grandes distâncias para ter um lazer, ela pode ter alguma coisa assim mais próxima da casa dela, do bairro dela, que é levar a Avenida da Paulista para os outros bairros, é assim que eu digo, porque é muito importante para a cidade.

Naquele momento, nós tivemos aqui uma audiência pública, da qual participei à época, promovida pelo Vereador Natalini, e nós chegamos a uma conclusão que precisava implementar outras coisas. Por que é que a gente brigou há 10 anos? Entrada e saída de veículos dos prédios residenciais, dos consulados, das embaixadas, porque a pessoa não tem que ficar tolhida de usar seu veículo porque tem o Programa Ruas Abertas. E foi duro, foi difícil, foi briga de dedinho apontado para SPTrans, para CET, para conseguir aqueles cones, que hoje todos podem vivenciar, verificar que tem nas entradas de veículos. Tivemos muitas brigas, por

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 9 DE 50

exemplo, com o Consulado Italiano, que chegou a ir à televisão, aos jornais. Mas a evolução também trouxe a involução.

Ao longo desses anos, fomos estudando e aplicando as leis. O decreto Ruas Abertas, mas vamos começar antes pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, que é perfeita quando eu disse que nós temos que usar o espaço público com equidade. E o que é isso? Todos nós temos nosso espaço para as nossas atividades, ou de andar, ou de correr, ou de tocar, mas tudo com parcimônia, tudo com respeito ao direito do próximo, porque o meu direito só pode ser exercido se o seu também estiver sendo exercido, se não, não existe equidade no uso do espaço público. E aí deu-se um salto, e outro salto, e veio o decreto. O decreto trouxe três coisas importantes, a primeira foi a proibição de incomodidades, que vem da nossa Lei Municipal Maior, que vem da Lei de Uso Ocupação do Solo, da lei de Parcelamento de Uso de Ocupação do Solo, que já contêm os parâmetros do que é incomodidade.

Então, se há uma incomodidade, se aquilo não está bom, logo em seguida, tem que existir, é preciso existir, está previsto o Comitê Intersetorial dentro do Executivo, ou seja, a cultura, que está representada *on-line*; a Secretaria de Subprefeituras; a de Esporte e Lazer, a CET, todas têm que ter uma representação nesse Comitê Intersetorial, porque esse comitê vai ver o que é possível fazer na área interna. É como hoje que tem uma Comissão do Carnaval, tem que ter esse comitê, que é como o Executivo vai lidar, dentre seus vários órgãos, suas várias secretarias, suas subprefeituras, com aquele problema? Já começa que nós estamos aqui sentindo falta, é uma pena mesmo que o Coronel Salles não tenha vindo, ele que já fez parte desta Casa, a Casa de São Paulo.

Mas é que na Avenida Paulista há três subprefeituras, o que já é um absurdo em si. Nós temos 2.700 metros com lado ímpar, da Praça Oswaldo Cruz até a Brigadeiro Luiz Antônio, é Vila Mariana; o lado ímpar, da Brigadeiro Luiz Antônio até o fim, é Pinheiros; e o lado par, é Sé. Convencionou-se que a Sé toma conta do Ruas Abertas. Ok, só que o fiscal de Pinheiros não consegue colocar no *tablet* o que acontece no lado par; o fiscal da Sé não consegue colocar a infração em Pinheiros, no *tablet*. Então, já temos todo um enredo que piora a situação, e a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 10 DE 50

fl. 14

fiscalização, vou abrir um parêntese, não pode, não deve, não tem que ser truculenta.

Neste momento, o decreto Ruas Abertas, além desse comitê, previu uma coisa que é de máxima importância para a nossa Lei Maior Municipal: o Conselho Gestor do Ruas Abertas, que tem quatro ou cinco missões importantíssimas. São alguns representantes do poder público, representante dos artistas e dois eleitos dentre os moradores. Eleitos. Veja, a nossa Lei Municipal Maior diz que São Paulo precisa funcionar com seus conselhos e comitês, com a participação pública, com a participação social, que é garantido através de conselhos. Esse conselho funcionou, houve eleições, nomeações, funcionou entre 2018 e 2020. O Celso era partícipe, frequente do nosso conselho, à época, eu fui eleita pelos moradores. Os artistas de rua, alguns eu reconheço, iam lá nas reuniões, nós estudávamos passo a passo, e quando eu falo passo a passo, e o Celso participou disso, passo a passo, é a pé, fizemos aquelas calçadas ida e volta, passo a passo, a pé, estudando cada pedacinho da Avenida Paulista, inclusive onde tem a área de conservação do equipamento da Eletropaulo, da Comgás, porque tem isso também: vai lá um gerador em cima de uma boca da Comgás, olha o perigo, nem o gerador devia estar lá, mas isso é para o nosso próximo momento de debate.

Ali o conselho funcionava muito bem, nós íamos passo a passo, a pé, todos os domingos, nós do conselho íamos lá: olha, isso aqui não está bom, isso aqui precisa ser... Só que ainda tínhamos o respeito ao TAC – Termo de Ajuste de Conduta, de 2007, da Prefeitura com o Ministério Público, que surgiu de inquéritos civis, e ele está vigendo, e precisa ainda ser vigente. Mas a partir do fim do conselho, isso começou a ficar atrapalhado. Acabou o mandato em 2020, e não se formou mais o conselho. O nosso Executivo perdeu a mão, esqueceu que tem que existir. Como é que se esquece que tem que existir um conselho? Por exemplo, eu sou do conselho do Parque Trianon, fui eleita, *ok*. Aqui tem conselho de saúde, tem conselho do idoso, a cidade precisa dos conselhos para que haja participação social. Quantas vezes o senhor, como Vereador, não recebe ofícios de conselhos pedindo alguma coisa, pedindo melhoria para alguma coisa?

O conselho acabou, em 2020 veio a pandemia, aí é que ninguém mais lembrou. E foi

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 11 DE 50

fls 15

se criando a lenda, na Paulista, de domingo e feriado, tudo pode. Não pode, não! As leis não são revogadas aos domingos e feriados, principalmente as leis municipais, o solo é da cidade.

Antes de tudo, a gente mora no Brasil, mas antes a gente mora na nossa cidade. Antes, quando eu ponho o pé na rua, na minha calçada, que é como a gente diz, e aí eu vou dizer como moradora, a gente fala assim: vai lá na minha rua, e a minha rua é a Avenida Paulista. Quando eu ponho o pé na calçada, eu quero tudo em ordem, eu não quero guerra sonora, eu não quero artista brigando com artista, eu não quero o público que vai lá, os transeuntes, os visitantes tropeçando em geradores, no meio da rua, no meio da calçada. Eu não quero, como o Lívio comentou, gente burlando o nosso sistema fiscal. O senhor já viu barbearia céu aberto, na Avenida Paulista, de domingo? Tem. Massagem a céu aberto, na Avenida Paulista, sem saber se o técnico é competente, se tem autorização? Tem. Prestação de serviço sem uma nota fiscal? Bebidas batizadas, carrinhos de bebidas alcoólicas de qualquer jeito? Tem. Está errado, tem que recomeçar. Tem que pegar as leis existentes.

Eu gosto muito do Decreto Regulamentador da Lei de Artistas de Rua, porque dá uns parâmetros perfeitos. Eu acho que não tem como mudar nada. É só respeitar o que já tem. Só que, para respeitar o que já tem, onde está o Executivo que nem compareceu hoje aqui? Lamentavelmente, e vou protestar, por *e-mail*, a ele. A Mov Paulista vai se manifestar direto para o *e-mail* do gabinete. E é isso.

Nós temos essa história longa, década e tanto. Nós estamos aqui de novo, mais uma vez e tantas vezes quantas forem necessárias, para que não haja mais essa guerra sonora. Para que um médico, um morador, uma senhorinha, um bebê, todos morando no eixo, nas travessas - vejo aqui, a Vera, que é das travessas e sofre com o som lá - que o som não invada esses lares, porque assim como quem está ali no lazer, quem está em casa merece seu próprio lazer e descanso. Sem invasão sonora.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Raphaela.

Não vou ser chato quanto ao horário, mas eu acho que quanto mais breve a gente puder ser, até para a gente poder depois ouvir a fala do Sr. Pedro Leão, que está representando

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 12 DE 50

a Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa.

Eu faço mais uma vez a pergunta se o Sr. Marcelo Vieira Salles, o Coronel Salles, Subprefeito da Sé, já se encontra aqui. Não.

Chamo o Sr. Marcelo Sando de Oliveira.

O SR. MARCELO SANDO DE OLIVEIRA - Boa noite a todos. Eu acho que vale a pena uma contextualização do que nós estamos falando aqui. Existem dois assuntos em debate: a questão dos artistas de rua, na Avenida Paulista, mas existe também a questão da administração, da gestão e da fiscalização do Programa Ruas Abertas. São duas leis diferentes, são dois decretos diferentes. Cada um com as suas complexidades e outros com algumas sobreposições.

Há uma série de complexidades. Um mapeamento dela foi necessário ocorrer para que a gente pudesse também dialogar sobre qual seria a solução.

As pessoas têm a ideia de que a Avenida Paulista é puramente comercial, mas vivem lá seis mil pessoas, em 17 condomínios residenciais. Existe também a ideia de que só vive um tipo de classe social na Avenida Paulista, o que também não é real. Existem várias metragens de apartamentos e existem pessoas que vivem lá há muitas e muitas décadas, 40, 50 anos.

Há pessoas que estão na Avenida Paulista há muito tempo, em diversas metragens e diversas classes sociais. Têm quitinetes na Avenida Paulista, estudantes que estão lá. Existem senhoras que têm esse apartamento há muitos anos. Essa população vem sendo extremamente impactada ao longo, nos últimos 10 anos, por conta da configuração acústica da avenida.

Se pensou no Ruas Abertas, se pensou na questão de atividades culturais, dentro do Ruas Abertas, sem levar em consideração o impacto acústico da avenida. Esse é um dos grandes problemas.

Não é o tipo de música ou o tipo de manifestação artística que acontece na avenida o fator de incomodidade. O problema é que o som na Avenida Paulista fica preso entre os prédios. A Avenida Paulista funciona como um cânion urbano, com prédios espelhados dos dois lados.

Os nossos parceiros acústicos, que fizeram o mapa de ruído e os estudos, nos mostraram, e nós entendemos hoje, que o som fica aprisionado, se mistura, rebate, reverbera, chega nos apartamentos mais altos e impacta as pessoas que vivem nesses apartamentos com a sensação, com a experiência de que a apresentação que se realiza na rua, está acontecendo na sua sala. No seu sofá. O baterista está no seu sofá. O DJ está na sua cozinha.

Nós temos uma experiência sonora dentro da avenida que não respeita as leis municipais, estaduais, federais, respeita as leis da Física. O som se propaga dentro do espaço, se comporta de uma determinada forma.

O Ruas Abertas foi criado sem um estudo de impacto de vizinhança. Não existiu esse estudo que é uma exigência do Plano Diretor para a criação de atividades desse porte, desse tamanho.

A ideia do Ruas Abertas era, exatamente, tirar o barulho do tráfego de veículos durante o final de semana. Olha que legal, a avenida pode virar um grande parque, onde as pessoas podem andar de bicicleta, podem andar, podem correr, podem aproveitar uma cidade sem o barulho do carro. Sem o barulho do trânsito que, na Avenida Paulista, chega a 65 decibéis, durante a semana nas fachadas dos prédios, nas fachadas das casas, com o trânsito.

O problema é que a falta do estudo de impacto acabou liberando atividades culturais que não são, exclusivamente, de artistas de rua. Nós temos uma série de eventos que, aproveitando que a avenida já está fechada, realizam as suas atividades, sem precisar pedir permissão da Prefeitura. O que já é violação do TAC, de 2007, o Termo de Ajustamento de Conduta, ajustado com o Ministério Público, que estipulou que, na Avenida Paulista, por conta da sua configuração, das especificidades de transporte e de acesso aos hospitais, só poderiam ser realizados três grandes eventos, por ano, ou seja, a Parada do Orgulho LGBTQIAP+, a Corrida de São Silvestre e o *réveillon*. Só que nós temos vivido, ao longo desses últimos 10 anos, o Ruas Abertas que acabou se tornando uma Virada Cultural semanal.

Portanto, o TAC que previa que o impacto de grandes eventos na avenida não poderia se estender para além de três eventos, acaba tendo mais de 50 eventos, grandes

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 14 DE 50

eventos, que precisaria dispor de estrutura e aparato específico para poder acontecer.

Hoje, temos grande dificuldade de lidar com essa complexidade, pois há várias normas que não vêm sendo cumpridas, uma série de regramentos do que deveria existir, mas que não existe.

Existe, sim, a necessidade de ter um comitê intersetorial do Ruas Abertas, que não existe; um comitê de acompanhamento e fortalecimento do Programa Ruas Abertas, que não existe. São 32 ruas abertas, pela cidade de São Paulo, até para desafogar essa pressão que acontece na Avenida Paulista, mas não existe.

Há previsão do Conselho Gestor Local em cada uma das ruas abertas. Na Paulista, ele não existe; há previsão da Comissão de Conciliação para resolver os conflitos entre moradores, comerciantes e artistas de rua, que veio a existir agora.

O Celso e eu fomos nomeados, pela Portaria 027, da Subprefeitura da Sé, para compor a referida Comissão de Conciliação. A primeira reunião da Comissão ocorreu no dia 29 de maio, desde então nós não fomos chamados, não foi agendada uma segunda reunião.

Tendo em vista esse buraco nas negociações e no espaço no foro correto para se discutir a gestão do programa, Celso e eu nos juntamos, na semana passada, para acordar e oficializar um pré-acordo, definindo uma série de pontos de convergência, entre moradores e artistas de rua, que podem servir agora como um ponto de partida para uma discussão de soluções que já estão pré-acordadas.

Só falta a presença do poder público, em vários sentidos, também na questão da fiscalização. Quem fiscaliza artistas de rua e atividade de artistas de rua na cidade de São Paulo? É a GCM? São os fiscais de postura municipal? Existe uma indefinição dos próprios agentes de segurança, dos próprios fiscais, de até onde vai a atribuição deles.

Uma das coisas que nós pedimos nesse pré-acordo é uma definição mais clara do que cada um precisa fazer para que a gestão do programa aconteça.

Como última mensagem, cremos que hoje precisamos entender que o que acontece na Avenida Paulista é uma crise de saúde pública uma vez que temos idosos, crianças,

gestantes, pessoas com transtorno do espectro autista que estão com a sua saúde física e mental extremamente abalada.

São 10 anos sem a possibilidade de descanso em nenhum dos seus dias de descanso.

O domingo é o dia que a gente gostaria de poder deitar na cama, ficar e se reconstituir. Só que nós não estamos conseguindo fazer isso. Muitas pessoas precisam sair da Avenida Paulista, aos domingos, ficar fora de casa, ir para casa de parentes, dar uma volta no parque e retornar só no final do dia.

O problema é que o Programa Paulista Aberta não se estende só até às 16h. Quando a avenida é aberta continuam as atividades, festas, eventos que ficam até às 22h, com alta potência sonora. Nós estamos falando de 80 decibéis, 85 decibéis. Não são só esses eventos que incomodam.

Acho que as pessoas não têm noção, mas as manifestações políticas que usam carros de som, independentemente de qual espectro político que aconteçam. Os eventos que acontecem dentro do vão do MASP, os eventos que acontecem em estabelecimentos comerciais com caixa de som virada para a rua, McDonald's, Top Center, Center 3, vários outros, como o Centro de Cultura Coreana, a própria Parada LGBT, que foi aumentando a potência sonora, ao longo dos anos, cada vez mais carros de som com potência cada vez maior.

Nós temos vários problemas na Avenida Paulista que são da questão da convivência e eu acho que é por isso que nós começamos o Paulista Boa para Todos. Uma grande reflexão sobre, já que o espaço público é coletivo, é de uso coletivo, precisa ter mais restrições à liberdade individual do que o espaço privado. Exatamente porque a rua é pública, não posso fazer o que eu quiser nela, do jeito que eu quiser. Eu vou ter que negociar a convivência com todos os outros agentes que fazem parte desse espaço, que compõem esse espaço.

Em especial, estou aqui representando moradores, razão pela qual faço um apelo para que a Prefeitura leve à risca o que já está estabelecido nos Decretos do Ruas Abertas, no Decreto dos Artistas, na Lei de Ruas Abertas, na Lei dos Artistas de Rua, na criação desses

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 20

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 16 DE 50

comitês, na criação do Conselho, na efetividade de uma Comissão de Conciliação e no regramento que já existe.

Já são proibidas apresentações, qualquer tipo de apresentação, em frente às residências, mas nós temos toda semana apresentações em frente a residências. Já está estabelecida a proibição dos parâmetros de incomodidade. Na Avenida Paulista, 60 decibéis já estão extrapolados há muito e muito tempo.

Então, o apelo o Movimento Paulista Boa para Todos, que representa esses 17 condomínios residenciais, pede para que nós possamos continuar a Comissão de Conciliação, criar um acordo em que os órgãos sejam efetivados, que a fiscalização e a gestão do programa aconteçam.

Hoje, nós temos um grande evento semanal promovido pela Prefeitura de São Paulo, sem um responsável por ele, sem um gestor, sem alguém que seja o produtor desse evento, então o que nós temos é o caos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Marcelo.

Chamo o Sr. Guido Spadari Casanova, Presidente do Rotary Club – Avenida Paulista, já chegou. Não.

Por um acaso chegou o Sr. Coronel Salles, Subprefeito da Sé? Eu ainda tenho a esperança de que ele venha.

Chamo, para fazer parte da mesa, o meu amigo, o Vereador Nabil Bonduki.

Passar a palavra para a Sra. Maria Preu, artista, cantora, compositora e violinista.

A SRA. MARIA PREU - Boa noite a todos. Serei breve.

Todo mundo falou bastante sobre o que nós íamos fazer aqui, que seria cobrar. Em vários momentos a gente teve reuniões. Na Subprefeitura, sob o comando do Coronel Camilo, foi criado o grupo de trabalho, quando foi discutido tudo isso que a gente expôs aqui. E o que a gente quer é que tenha fiscalização para organizar e que fique bom para todo mundo. Eu mesma sou uma artista que canta na Avenida Paulista há três anos. Nos últimos meses ficou caótico,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 17 DE 50

fls 21

por conta de tudo isso que vocês falaram.

Hoje, para vocês terem ideia, eu quase não vou mais para tocar. Meu som é baixo e, como o Marcelo falou, não é sobre estilo musical, é sobre o bom senso, eu acho, dos próprios artistas, também sobre educação, que a gente precisa se organizar melhor. É sobre a fiscalização, principalmente. A Paulista, realmente, está muito caótica. Como falei, eu não tenho conseguido trabalhar por conta da poluição sonora.

No último domingo, eu fui para caminhar, para passear com os familiares que vieram da Bahia e todos, a fala foi unânime, ninguém consegue se ouvir. Os artistas ficam a menos de 100 m uns dos outros e prejudicam o som. Um engole o outro e fica aquela poluição. Não dá para conversar, não dá para curtir. O objetivo de ir à Paulista é para curtir, passear, ser legal para todo mundo, mas não tem sido assim.

Inclusive, vários desabafam com o Celso, a gente conversa bastante sobre isso. Porque a gente quer que seja feito de uma maneira boa para todo mundo, organizada, é isso. Acho que todo mundo contextualizou muito bem aí o que a gente precisava falar.

Creio que descentralizar também da Avenida Paulista, colocar Ruas Abertas em outros lugares, porque senão fica o caos, realmente, que está, que hoje é ruim para todo mundo.

É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Maria.

Queria ver se o Sr. Pedro Leão já consegue falar, antes de passar para o Alessandro Azevedo. Sr. Pedro Leão, representando o Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, Sr. José Antônio Totó Parente.

O Subprefeito da Sé já chegou? Não. Estou ansioso. Espero que ele venha.

O SR. PEDRO LEÃO - Boa noite, Vereador Dheison. Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Sim, ouvimos.

O SR. PEDRO LEÃO - Boa noite a todas e todos presentes. Na figura do Vereador Dheison eu cumprimento a todos. Saúdo o meu amigo, representante MinC, Alessandro Azevedo. Trago aqui representação do Prefeito Ricardo Nunes e do Secretário Municipal de

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 18 DE 50

Cultura e Economia Criativa de São Paulo, Sr. José Antônio Totó Parente

Eu entendo que, neste momento, nesta audiência, eu me coloco mais no lugar de ouvinte, já que estamos aqui para receber essas informações.

Fica claro que a maior demanda que nós temos, tanto dos representantes dos moradores quanto dos representantes da classe artística, endossados pelo Legislativo, é a retomada do diálogo com a presença do Executivo Municipal, a retomada das participações populares.

Comprometo, amanhã, o mais rápido possível, de encaminhar essa demanda ao nosso Secretário, para que seja levado ao Prefeito, e que esse diálogo seja plenamente restabelecido da forma mais rápida possível, considerando que, de forma muito saudável, há um consenso entre os fazedores de cultura e os representantes dos moradores. Isso está claro aqui.

Aproveito também para dizer que tive um diálogo, agora, com o Coronel Salles, porém ele está afastado. Por um motivo que ele não conseguiu identificar ainda, o seu representante não se fez presente.

De qualquer forma, eu me comprometo a partilhar as mesmas informações, da mesma forma que farei ao Secretário Totó Parente, para o Coronel Salles, ou ao seu devido representante, caso não houver o retorno dele desse afastamento de forma rápida, já que a demanda é urgente.

Então reforço que a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, não só o nosso Secretário, mas também a nossa Secretária Adjunta Carol Lafemina, que foi quem participou desses diálogos iniciais, estamos à disposição para intermediar todas as necessidades aos outros pares, (Ininteligível) municipal também outras instâncias de poderes que se fizerem necessárias, já que o representante da União se faz presente.

Continuarei como ouvinte e assumo o compromisso público de levar a solicitada demanda de forma urgente à retomada do diálogo e das ações em conjunto entre o Executivo Municipal, representantes, os moradores e artistas locais.

Muito obrigado. Boa noite. Estou à disposição.

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 19 DE 50

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Muito obrigado, Sr. Pedro Leão, representando o Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, Sr. José Antônio Totó Parente.

O Sr. Alessandro Azevedo, Coordenador do Escritório Estadual do Ministério da Cultura, em São Paulo.

O SR. ALESSANDRO CÉZAR ARAÚJO AZEVEDO - Boa noite a todos, todas, presentes e os que estão de forma *on-line*. Quero cumprimentar toda a representatividade que se encontra nessa mesa. Raphaela, Marcelo, Celso Reeks, Maria Preu, Nabil, Dheison, representando a Subcomissão de Cultura. A Subcomissão tem um papel importantíssimo de defesa das pautas da cultura, seja nos projetos de lei, seja na definição do orçamento para a área da Cultura. Quero cumprimentar o nosso representante do Executivo, representando o Secretário Totó Parente, Pedro Leão, um grande amigo, parceiro que tem uma experiência em gestão pública. Foi secretário de Cultura de Ribeirão Preto. Parabéns.

Eu, estou agora na gestão pública, mas já fiz parte desse movimento de defesa do artista de rua. Fiz parte de toda essa movimentação, quando foi da concepção do decreto, da defesa da lei nessa Casa. Participando de algumas reuniões junto com o Prefeito Haddad para definir esse Decreto da Lei dos Artistas de Rua. Vi aqui falas muito potentes da defesa do Ruas Abertas e da Paulista, da atividade dos artistas de rua na Paulista.

Quero agradecer Dheison, recebi o convite para fazer parte, mas é óbvio que a nossa competência na esfera Federal, mas eu compartilhei o convite com a nossa Ministra - trago um abraço da nossa Ministra Margareth Menezes, nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - ela pediu para que eu acompanhasse como observador e me colocando à disposição para acompanhar tanto a Comissão de Conciliação como esses debates na Casa.

O que eu percebo é que já temos leis e decretos que já estão em vigor. O que precisa é de uma instância de diálogo. Foi bem-dito aqui: o Poder Executivo, na pessoa do Totó Parente, do Pedro Leão, está se colocando à disposição para fazer essa mediação entre os artistas de rua, moradores e tem uma curiosidade que eu acho muito importante, nós temos representação

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 20 DE 50

dos moradores de rua, porque normalmente os conflitos são entre os fazedores - em alguns lugares quando tem - fazedores e moradores, não. Aqui não. Os representantes dos moradores de rua estão em defesa dessa atividade, só que haja regramento.

Eu passei na Paulista alguns domingos atrás e vi essa guerra sonora. Eu fiquei assustado. Então é impossível, por exemplo, a Maria Preu, se apresentar lá com sua caixinha de som, respeitando os decibéis que são permitidos de se apresentar, competindo com caixas de som que emitem sons, sei lá quantos decibéis. Eu não sei se vocês já mediram lá? Já, né? Então é insuportável para os moradores, para o transeunte que está passando na Paulista e para quem está se apresentando.

Então, é necessário que haja esse regramento e essa Comissão de Conciliação precisa retomar os trabalhos. Então, eu desejo que esta Casa, que é um dos poderes muito importantes de representação da sociedade civil, haja nesse papel de intermediação para trazer de volta essa instância de mediação. É preciso que essa comissão chame uma próxima reunião para que os trabalhadores de cultura, os artistas que se apresentam na Paulista, os moradores, consigam dialogar e chegar num bom lugar. Eu tenho certeza de que isso é possível. Já temos anos de Ruas Abertas e foi dito que seria muito interessante que Ruas Abertas se expandisse para além da Paulista, para outros lugares da cidade. Porque não tem coisa mais interessante do que ver uma apresentação de rua. É gratuita e o acesso à cultura, ela é mais democrática que qualquer outro nível de apresentação. Não é contratada. Nada. É espontâneo. Qualquer cidadão, cidadã, pode acessar essas apresentações na Paulista. É importante a intervenção do poder público, do Executivo, a intervenção do Legislativo, e nós do Ministério da Cultura nos colocamos à disposição para ajudar essa mediação.

Muito obrigado, e que audiências como essas existam sempre que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Alessandro. Antes de passar para o meu colega Nabil, primeiro que eu acho extremamente importante a sua participação aqui, uma vez que o Nabil atuou nesse debate dos dois lados, tanto como legislador quanto membro do Executivo. Foi Secretário de Cultura nesse período importante da Lei do Ruas Abertas, da

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 25

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 21 DE 50

Paulista aberta.

Eu só queria tecer alguns comentários antes. Primeiro, Pedro, é importante a justificativa do Coronel Salles, mas muito triste que mesmo na sua ausência, ele não mande ninguém, Chefe de Gabinete, nenhum Coordenador de Cultura da Subprefeitura, lembrando que as Subprefeituras têm os Coordenadores de Cultura, era fundamental, uma vez que a Praça da Sé, a Subprefeitura da Sé é a mais importante do ponto de vista da atuação da fiscalização, de posturas daquela região. Então eu acho que fica um pouco prejudicado, mas muito importante o representante do Governo, Pedro Leão fazer esse esforço desse diálogo de ajudar, uma vez que parece até estranho falar, os moradores e os artistas de rua estão mediando a prefeitura para resolver o conflito, não o contrário.

A gente esperaria que fosse a prefeitura chamando os moradores e os artistas de rua para poder mediar o conflito e fazer ali o bem-estar. O que nós estamos na verdade, ouvindo é que teve uma reunião, há mais de três meses, e o que temos é um grande silêncio do ponto de vista do Poder Executivo, e eles cobrando para fazer essa reunião de conciliação, ou seja, eles já se conciliaram, querem só informar a prefeitura e não quer ouvir. Tem até um documento. Eles mostraram aqui. O Marcelo, falou que já fizeram, já conversaram e tudo. E precisa restabelecer isso. Nós estamos falando de leis, decretos da própria prefeitura que não são cumpridos e da ausência de fiscalização na Avenida Paulista.

Podemos perceber que do jeito que está, está prejudicando todo mundo. Eu acho que a fala da Maria Preu é super importante para nós. Ela é uma artista, uma fazedora de cultura que está lá, o Celso Reeks falando aqui, representando todos os artistas de rua, os moradores. Ou seja, é uma situação que está prejudicando todo mundo, que a gente precisa de intervenção da cidade de São Paulo. A única coisa que estranho, e aí eu queria registrar publicamente o repúdio, que eu falei até para a Rede Câmara, que eu estava ansioso pela participação da Subprefeitura da Sé, uma vez que nós estamos falando da avenida mais importante do Brasil. Se a Cidade de São Paulo não ter tempo, não ter escuta para sua Avenida mais importante, imagine como eram as outras 32 ruas abertas. Por isso, não tem mais. Porque se na Avenida

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 22 DE 50

Paulista, que é tão importante, a gente está deixando acabar.

Então, queria manifestar, como Presidente da Subcomissão de Cultura, a importância disso. Aqui nós não estamos brincando, estamos fazendo coisas sérias. Temos uma série de requerimentos da Subcomissão de Cultura que infelizmente também não estão sendo respondidos. Temos vários outros departamentos. Quero fazer justiça à participação do Pedro Leão, em todas os eventos que chamamos, da Subcomissão de Cultura. Mas tem outros departamentos da Cultura que acabam não respondendo a gente. Não é que não respondem a contento, não respondem. Não respondem. Então imagina o seguinte: estou dizendo para vocês é que o poder público municipal, o Poder Executivo Municipal, não está respondendo à Casa Legislativa. Então eu fico imaginando o que deve acontecer com as LAIs – Leis de Acesso à Informação que o Munícipe pede. Então é muito triste isso. Então eu queria só referendar isso aqui. Eu acho que a audiência pública é extremamente importante. Temos que ajudar a mediar essa conciliação que já teve um trabalho por espontaneidade dos artistas de rua, dos moradores, vemos esse apelo.

Então, mais uma vez, agradecer a presença do Nabil Bonduki, quem eu passo a palavra imediatamente. Ele, que é tão importante porque atuou tanto do ponto de vista Legislativo quanto do Executivo, foi o nosso Secretário de Cultura que ajudou a implementar.

O SR. NABIL BONDUKI – Sr. Presidente Dheison Silva, quero cumprimentá-lo por presidir a Subcomissão. É superimportante. Eu estava pensando, fora do tema, mas como estamos aqui entre o pessoal da cultura e moradores, eu acho que estava mais que na hora de termos uma Comissão Ordinária de Cultura e Lazer aqui na Câmara Municipal, porque nós não temos uma Comissão de Cultura. E a Comissão de Educação, onde teoricamente, a Cultura está na Comissão de Educação. O assunto da Educação é tão predominante que acaba não se discutindo. A cultura fica para segundo plano e a discussão na Comissão de Orçamento e Finanças é uma Subcomissão que está cumprindo o papel.

Então eu queria cumprimentá-lo, Dheison, que está cumprindo o papel. Mas, na verdade, uma Subcomissão da Comissão de Orçamento e Finanças não deveria ser uma

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 23 DE 50

fls 27

Comissão de Cultura, porque ela trataria apenas assuntos de orçamento. E nós precisamos, porque São Paulo, a questão da cultura, a questão dos eventos, a questão do lazer, da economia criativa, da cultura criativa, assumiu uma dimensão tal na cidade de São Paulo que ela mereceria ter um espaço mais privilegiado para poder ser debatido e poder se avançar na legislação. É uma questão que poderíamos trabalhar para poder ver se a gente cria. Eu sei que é complicado, significa mudar o Regimento da Casa. Não é uma coisa muito simples, mas eu acho que talvez valesse a pena entrar nessa discussão.

Como o Sr. Presidente Vereador Dheison falou, eu participei de quase todos esses assuntos que falamos aqui. Na Câmara participei da aprovação da lei dos artistas de rua. Depois como Secretário de Cultura, participei da regulamentação da Lei. Na Câmara, eu propus o Projeto de Lei das Ruas Abertas e depois como Secretário, participei junto com o Prefeito Haddad, outros Secretários, da implementação do Projeto Ruas Abertas e venho trabalhando muito com a essa discussão, desse debate entre cultura e cidade.

A Cultura do espaço público, que eu acho que é uma questão muito importante, ao mesmo tempo que pode gerar muitos impactos negativos. Então a nossa grande questão, a questão que está colocada não é só na Paulista, é como nós podemos numa metrópole como São Paulo, uma metrópole onde a cultura e a economia criativa hoje tem um papel importante no PIB da cidade, um papel importante na mobilização de artistas, de pessoas que estão dedicadas à Cultura, como isso pode ser apoiado e como pode crescer sem gerar efeitos negativos dos moradores. E não é só na Paulista. Nós temos hoje em todas as arenas de shows gerado, principalmente, aquelas que são é a céu aberto, geralmente são espaços públicos, como o Parque de Água Branca, Parque de Ibirapuera, o Allianz Parque, não é da Prefeitura, mas faz parte, como o próprio Pacaembu e Anhangabaú, todos eles estão, hoje, gerando um impacto muito negativo no seu entorno. São eventos que são importantes para a cidade. Nós não podemos ser contra que a cidade tenha eventos, mas nós não temos espaços preparados para isso.

Eu queria só falar um pouco sobre o programa Ruas Abertas, desde que nasceu o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 28

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 24 DE 50

Paulista Boa Para Todos, temos conversado muito com Marcelo, ele falou assim, um evento promovido pela prefeitura, se referindo a Paulista... Não é isso não, Marcelo. Não é o evento promovido pela prefeitura. O que nós propusemos no programa Ruas Abertas começou na Paulista, mas na verdade deveria existir pelo menos 32, um em cada Subprefeitura da cidade, ele não tem a característica de ser um evento da prefeitura, é a criação de um espaço para as pessoas livre dos carros, aonde manifestações culturais, obviamente compatíveis com o aquele espaço, são de até desejáveis. Não é que é um evento. Aliás, vou até contar uma história.

No primeiro dia em que a Paulista ficou fechada para os carros, nem tinha nome de Paulista Aberta, na época, isso foi em junho de 2015, portanto, faz 10 anos. Em junho foi a inauguração da ciclovia. E quando termina a inauguração da ciclovia - eu era Secretário de Cultura - tomamos a decisão de fechar para os carros e aí o prefeito pediu para nós contratar algumas apresentações culturais na Paulista. Naquele dia, foram, efetivamente, eventos contratados. Aí começou a discussão de fazer aquilo, ficar definitivo e já tinha esse projeto de lei tramitando na Casa etc. Não estava aprovado. Ele só foi aprovado como Lei em dezembro de 2016. Aí verificamos que não precisava contratar eventos culturais na Paulista, porque os próprios artistas foram ocupar o espaço. Na verdade, foi um espaço aberto para a manifestações dos artistas dentro da lei dos artistas de rua. Em suma, o que aconteceu? Foi implantada toda regulamentação do Ruas Abertas, com várias instâncias de decisão, de deliberação, de conciliação e a Lei dos Artistas de Rua, que tem uma série de regras que foram definidas. O que aconteceu? Nesses 10 anos deixaram de ser cumpridas as leis e claro que em 10 anos e ao longo desse período, ajustes tinham que ser feitos na própria Lei do Ruas Abertas e na ocupação desse espaço.

Estamos vendo abusos muito claros de eventos culturais que não são coordenadas pela prefeitura, às vezes são patrocinados por empresas privadas. Temos visto a ocupação do espaço por quem toma conta de um ponto e depois aluga esse ponto, que leva os equipamentos. Quer dizer, começa a ter uma série de desvirtuamento da proposta original, que precisa ser pactuada a uma nova legislação. E outra coisa é que precisamos das ruas abertas em toda a

cidade. Se tem uma só, vai todo mundo para lá. Então limita o próprio espaço para os artistas e gera uma concorrência e uma disputa pelo espaço.

Não vou me estender muito, mas nós precisamos, primeiro lugar, pressionar a prefeitura para implantar pelo menos as 32 Ruas Abertas. Eu fiz uns vídeos há um tempinho sobre a Liberdade. Aí, felizmente, depois a prefeitura viu que não dava para passar carro nas ruas da Liberdade aos sábado e domingo, porque aquilo era lotado de gente. Então, quase que se impôs, o Ruas Abertas na Liberdade. Mas nós precisamos fazer isso em outros bairros da cidade. Precisamos discutir muito bem qual é a rua, ruas comerciais, preferencialmente. Por isso é um assunto de Urbanismo. No fundo é um certo zoneamento. Um zoneamento de onde é cabível uma rua aberta, onde não é, e estabelecer regras. Por exemplo, essa proposta que está aqui que já discutimos, do zoneamento sonoro da Avenida Paulista é muito interessante. Mas isso precisa ser feito hoje na cidade toda. Nós precisamos pensar isso de maneira ampla para que possamos ter, inclusive, definida quais são os lugares onde você pode ou não pode ter eventos e qual o nível de ruído que é permitido. O problema é que as potências das caixas de som são cada vez maiores. Isso está gerando um impacto sonoro na cidade muito grave, com muita reclamação.

Agora, nós não podemos ver isso como uma restrição em São Paulo, seja uma cidade cultural, uma cidade da música, seja uma cidade que tem a vida noturna. Quer dizer, isso é importante para a cidade. A grande questão é como conciliar. Por um acaso tem uma Comissão de Conciliação no Decreto de Regulamentação das Ruas Abertas. Precisa conciliar para a cidade poder ter essa vida noturna, poder ter espaço para os artistas, para os músicos, mas isso ser conciliado com a vida dos moradores.

Esse é um grande desafio que nós temos daqui para frente. Porque, senão, há gente que tem falado para mim que São Paulo perdeu a graça, porque muitas coisas já não funcionam mais à noite. E é verdade. Tem algumas coisas que são importantes que não funcionam à noite. Também não é bom para a cidade isso. Nós precisaríamos ter, por exemplo, uma proposta que existe em alguns países do mundo, que é o prefeito da noite. Alguém que fique focado nessa

questão.

E aí a questão da fiscalização, nós temos um apagão de fiscalização em todas as áreas. Essa questão do ruído é um deles, mas nós temos no trânsito, você não tem fiscalização, no uso e ocupação do solo, não tem fiscalização. Em suma, a cidade está meio ao deus do dará. E aí a gente vê as consequências para os moradores. E eu vou parar por aqui, mas eu acho que essa conversa é muito importante. E a Prefeitura precisa cumprir seu papel, como o Dheison acabou de falar. Quer dizer, a Prefeitura que deveria mediar esse processo não está mediando. Mas talvez a Câmara pudesse mediar. Talvez seja o caso de a gente trazer isso aqui para a Câmara e, de repente, até poder pegar essa conversa toda e regulamentar através de revisão das próprias leis que já existem ou de uma lei específica, repensar a questão do zoneamento.

A questão do zoneamento sonoro da cidade é uma coisa que não existe. Existe muito precariamente. Porque não necessariamente, hoje você tem uma relação entre o zoneamento, a zona e o som. Mas veja que o zoneamento regula a altura dos edifícios, o uso dos edifícios, recuo. Há uma série de coisas. E não necessariamente coincide uma coisa com a outra. Não necessariamente o que está definido para uso e ocupação do solo tem uma relação direta com o som que é permitido.

Eu acho, por exemplo, que a gente deveria ter em São Paulo uma coisa chamada zona 24 horas. Que é uma zona que você pudesse ter mais ruído. Mas é porque aí não teria morador. Haveria áreas que não teria morador. Áreas que você pode, portanto, criar essas condições. Porque, de fato, qualquer atividade que é feita a partir de 20 horas, 22 horas, incomoda os moradores. Então, definir lugares onde isso possa acontecer e aquilo já ficar regulamentado e você desestimular o uso habitacional até não ter o uso habitacional, talvez seja uma forma. Eu estou aqui chutando. Não é que eu não pensei já nesses assuntos. Mas precisaria avançar muito mais no sentido de estabelecer uma regulação dessa questão do ruído e da sua conciliação com as moradias.

Mas é isso, gente. Obrigado. Desculpe se eu me estendi um pouco demais. Mas acho que precisamos tratar esse assunto. Porque ele está pipocando nas cidades de várias maneiras.

E não podemos ter uma postura também que uma coisa inviabilize a outra. Uma coisa que, desde a primeira conversa que tive aqui com o Marcelo e outros representantes do movimento, a primeira coisa que ele fala é que não são contra as ruas abertas. Não são contra a Paulista aberta. Acho que isso é muito claro. A gente conciliar as duas coisas sem uma postura que é aquela mais polarizada. Então, essa é a natureza dessa mobilização.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Nabil. Mário, recebemos alguma inscrição ou não? Talisson Souza, do Instituto Alegrar. Talisson, vou pedir para você falar em três minutos, por favor. Talisson? Talisson não está. De maneira virtual. Camila Brito de Almeida. Também não. Alex. Alex está? Alex, em três minutos, por favor. Suas considerações. Alex nos ouve? Enquanto o Alex não retorna, passo para o Felipe Prema. Está aqui de maneira presencial. Felipe, três minutos, por favor.

O SR. FELIPE PREMA – Boa noite, Presidente e Vereador Dheison Silva, da Subcomissão de Cultura. Gostaria de agradecer a convocação dessa audiência pública que se torna muito relevante tanto para a população representada aqui pelos senhores representantes dos moradores da Avenida Paulista, e dos artistas de rua representados pelo Celso, pela Maria e pelo Ministério da Cultura, ouvindo a questão dos artistas de rua de São Paulo.

Como já foi falado aqui antes, os artistas de rua em São Paulo possuem uma legislação que veio da década passada. Na administração do Haddad, a legislação do Alfredinho 15.776 foi regulamentada pela Lei 55.140. O que determina essa lei? No artigo 18 é dito que o Executivo constituirá um grupo de trabalho. É o Decreto Municipal, se vocês forem lá, qualquer um pode acessar. Então, esse grupo de trabalho será representado por representantes, sendo um titular e um suplente dos órgãos e entidades. A Secretaria de Governo Municipal, coordenará o colegiado. A Secretaria Municipal da Coordenação das Subprefeituras, no caso, hoje, a Subprefeitura está na mão do Eduardo Cobra. Então, Vereador Dheison, eu acredito, sendo bem sincero, a partir de várias reuniões que a gente teve com a Subprefeitura da Sé, tanto com o Coronel Camilo, quanto com o Coronel Salles, e nas sugestões que eles dão para a gente de volta, não cabe ao Subprefeito da Sé esse assunto.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 28 DE 50

fls 32

E os moradores ressaltaram, salientaram isso, porque são três Subprefeituras. Então, eu acredito que o melhor convite a ser feito, como encaminhamento para as próximas audiências públicas, é chamar o Secretário das Subprefeituras, o Cobra. E ele é muito mais aberto a esse tipo de discussão do que os coronéis que estão sitiados na Prefeitura da cidade de São Paulo.

Além disso, a Secretaria Municipal da Cultura é a única que se fez presente aqui. A Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, além dessas Secretarias, todo o espaço em que os artesãos vão se apresentar na cidade de São Paulo, são espaços turísticos, então a Secretaria de Turismo teriam que estar presentes. A Secretaria do Trabalho também deveria estar presente.

Então, como encaminhamento para essa Subcomissão, chamar todas essas Secretarias para estarem presentes com a gente, para discutirmos isso. Por quê? Eu sou artesão. Meu nome é Felipe Prema. Eu esqueci de me apresentar. Eu trabalho em São Paulo há dez anos como artesão nas ruas de São Paulo. Eu trabalhei na Paulista. Por que eu não trabalho mais na Paulista? Porque existe muito ruído sonoro na Paulista para a gente conseguir trabalhar lá. O próprio artesão. Eu como artesão, não como artista.

A partir do lançamento da campanha da Operação Delegada, a volta da campanha da Operação Delegada, que foi uma política pública que surgiu lá com o Kassab em 2009, o presidente do PSD. Então, quando ele voltou para o Governo do Estado, essa política pública voltou para a cidade de São Paulo. E a partir do momento que essa política pública voltou para o Estado de São Paulo, os artesãos da Paulista passaram a sofrer perseguição da Prefeitura.

Isso vem acontecendo nos últimos três anos. A gente teve várias reuniões com o Subprefeito da Sé, com esta Casa, com outros Vereadores, a partir dessa reclamação. Hoje eu trabalho na Liberdade, também no Ruas Abertas. O Ruas Abertas teria que ser ampliado lá. E para outras regiões da cidade.

Então, em relação a isso, a campanha da Operação Delegada acabou resvalando nos músicos. E eu acho que foi muito importante o momento em que isso aconteceu, porque

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 33

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 29 DE 50

surgiu essa discussão que está acontecendo aqui hoje, quando a fiscalização da Prefeitura veio e atacou os músicos. Então, como encaminhamento para essa Comissão, eu gostaria de sugerir que essa questão escalasse.

O Subprefeito da Sé já se mostrou, por várias oportunidades, incompetente para estar tratando desse assunto. Não porque ele seja um incompetente. Não é da competência da Subprefeitura da Sé criar nenhum tipo de política pública que responda a esse tipo de problemática, de situação na cidade de São Paulo.

Então, a cultura, hoje, é muito atacada na cidade de São Paulo e a gente precisa realmente de um apoio crescente para a gente, porque o que a gente vê hoje em dia é um ataque completo à cultura em São Paulo. Obrigado, mais uma vez, pela oportunidade de poder estar aqui. E, além disso, hoje em dia, os artesãos em São Paulo, os artistas de rua, a gente não tem representação, organização social, gostaria de fazer um convite formal nessa audiência pública, para a gente poder formar uma associação, uma organização social de todos os artesãos de São Paulo e artistas de rua, para a gente poder ter uma instituição que possa nos ajudar nesse sentido.

Muito obrigado, boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Felipe. Pessoal, vou pedir um pouco mais de brevidade aqui, porque acho que há várias pessoas querendo falar, a gente vai encerrar as inscrições. Na abertura eu falei do tempo, mas acho que teve gente que não se atentou, então, a nossa obrigação aqui é a gente ouvir as pessoas, entender um pouco mais, então, quem quiser se inscrever, faça-o agora aqui na mesa, e na próxima fala, a gente vai encerrar as inscrições. Então, o Alex está presente, de maneira virtual? Não? Então, está bom, vamos passar para o Fernando Willia, que está aqui de maneira presencial. Três minutos, Fernando, para a gente poder ver que a gente está abrindo mais tempo para as pessoas se inscreverem, então, por favor.

O SR. FERNANDO WILLIA – Boa noite a todos. Primeiramente, eu gostaria de agradecer a presença de todos os meus colegas, todos compostos à Mesa. Bom, primeiramente,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 34

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 30 DE 50

eu vou me apresentar, eu sou artista de rua na Avenida Paulista desde junho de 2008, são 18 anos de história como artista de rua. Eu passei desde o início da Operação Delegada, na época que a gente levava a porrada primeiro para depois perguntar se a gente podia estar ali ocupando o espaço público, até a geração de hoje, com diversas reuniões com a Prefeitura, com o Coronel Camilo, com o Celso, que está presente, a Preu presente aqui também está ciente, o pessoal do Picanha está ciente, que a gente tentou chegar em um consenso.

Há um tempo eu propus uma solução baseada num estudo, que foi o estudo do Gazebo, por que o Gazebo? Porque o som segura, não propaga o som para alto, não chega no ouvido do morador, dá uma forma de a gente demarcar sem ocupar o livre espaço público, porém ia tancar a questão do som.

A questão do gerador, eu queria falar uma coisa muito séria, eu como guitarrista, artista de rua, preciso de uma caixa para ligar o meu som. Senão minha guitarra não sai som. Como é que eu ligo isso sem um gerador? Entendeu? A questão do gerador não é o problema, o problema são as pessoas sem noção que colocam o gerador no meio do caminho, é tudo uma questão de fiscalizar, a gente chegar e pôr na cartilha, assim como eu falei do Gazebo, eu estou com problema de insolação, de várias horas exposto ao sol, eu tenho um filho e minha renda é tocar na rua, entendeu?

Então é uma questão não só de saúde, mas também entra na responsabilidade da Prefeitura de São Paulo. Segundo a Lei 15.766, todo artista de rua tem o direito de se apresentar até às 22 horas, todos os dias. Então esse negócio que eu vejo, uma movimentação de polícia abordando a gente, falando que só pode tocar de domingo, não, o programa Ruas Abertas e o mapa que foi discutido, ele é válido aos domingos. Nos dias de semana, segue a Lei 15.776, que dá o direito ao artista de rua a se apresentar. A gente sabe as nossas normas, a gente sabe quais são os nossos limites, entendeu?

E não é a quantidade de caixa, é o volume e a ética, porque toda caixa tem um volume 10, mas também tem um volume 1, entendeu? Não é o tamanho da caixa, é a ética. O certo era a Prefeitura chegar com um medidor de decibéis autorizado e legalizado pelo Inmetro

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 35

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 31 DE 50

para fazer a verificação, não chegar e falar que a caixa é muito grande, desmonta e sai fora, isso não existe.

Eu acho assim, todo artista de rua tem o direito de ocupar o espaço público desde que respeite o próximo. A gente tentou chegar em um diálogo com os moradores, com a Subprefeitura de São Paulo, com a Secretaria Municipal e com a Secretaria de Cultura, entendeu? E agora, houve um consenso até entre os moradores.

A Prefeitura de São Paulo, a gestão do Prefeito Ricardo Nunes não está respeitando os artistas de rua. Houve milhares de denúncias, algumas feitas por mim, no qual eu sofri ameaças. Tem um vídeo meu que eu denuncio a polícia batendo, tomando artista de rua. Eu associo à gestão do Ricardo Nunes, no qual eu recebi, no privado, ameaças sobre isso.

Há 18 anos eu sustento meu filho, a minha casa e a minha renda principal é tocar na rua. A gente sabe que não pode passar das 10, a gente sabe qual é o nosso limite de volume. Apesar que 60 decibéis, se você pegar um estudo hoje da Anvisa, o volume da cidade de São Paulo já ultrapassa os limites previstos. Como é que você quer que um artista de rua toque mais baixo do que o motor de um ônibus articulado, passando na paulista, fazendo aquele barulho? Não tem como. Tudo é uma questão de bom senso. Deveria haver uma fiscalização, sim, mas também deveria haver uma flexibilização e o direito à voz dos artistas de rua, que muitos dos meus colegas estão sendo silenciados. Bom, é isso aí.

Agradeço a todos pela presença e o direito de estar falando aqui. Uma boa noite a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Fernando. O Alex apareceu? Não, né? Então, dos virtuais não está mais ninguém. Estou considerando cancelar as inscrições deles aqui. Thiago Santos está aqui de maneira presencial. Estão encerradas as inscrições, pessoal.

O SR. THIAGO HENRIQUE SANTOS – Bom, boa noite a todos. Eu gostaria de cumprimentar primeiro as autoridades, os representantes e a população no geral. Meu nome é Thiago, eu represento o Cejur FGV, que é o Centro de Estudos Jurídicos da Fundação Getúlio Vargas. E a gente tem acompanhado esse movimento, o movimento Paulista Boa para Todos,

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 32 DE 50

através do Marcelo também, e realizado uma série de pesquisas, uma certa escavação legislativa também, para saber como sanar esse tipo de problema aqui na cidade de São Paulo.

Então, a gente chegou a fazer várias reuniões com a Subprefeitura da Sé. Elaboramos um parecer sobre toda a legislação que tratava do assunto e como casos semelhantes foram resolvidos em outros estados do Brasil. Um exemplo que a gente cita no nosso parecer, que a gente encaminhou à Subprefeitura, foi o caso do Rio de Janeiro, que também, como vocês mesmos falaram aqui, é uma cidade muito cultural, uma cidade que respira arte. E eles resolveram isso através da regulação, e a regulação em três formas. Muito se falou aqui também dos espaços, do zoneamento de som, muito se falou do horário.

E a regulação, é muito importante que os Parlamentares saibam disso, é uma regulação feita em três níveis. O primeiro nível é o nível de espaço. Então, saber onde, em que espaço da cidade é possível fazer essas manifestações artísticas. Segundo, é uma regulação de período. Então, de quando a quando eu consigo fazer essas manifestações artísticas também. E terceiro, além do espaço e do período, é de fato o volume. Então, também, como o rapaz que me antecedeu aqui falou, toda a questão de amplificação de som, enfim. Isso é o básico para a elaboração legislativa para acenar esse tipo de problema.

E, queria parabenizar os senhores também por promover essa audiência pública, porque, grosso modo, as políticas públicas são feitas de duas maneiras. Então, ou elas são *top-down*, elas nascem na classe política, ou elas nascem *bottom-up*, nascem de fato na população. E é muito mais efetivo quando a política nasce da população. Então, eu sugiro muito que a população aproveite esse momento, os artistas de rua aproveitem esse momento para falar, porque é como o próprio Vereador, que acabou de sair, mas ele falou que as manifestações artísticas são muito bem-vindas.

A gente tem que tratar isso com muita seriedade. Inclusive, uma das razões do meu atraso, eu estava em um grupo de estudo sobre arte de direito, porque todo mundo aqui sabe da importância da arte e ninguém nega isso. Entretanto, como o próprio Vereador falou, a gente tem que incentivar a arte e as manifestações da arte de maneira compatível com o espaço onde elas

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 33 DE 50

estão sendo suportadas. Então, é isso.

Gostaria de finalizar agora. Me coloco à disposição também, em nome do Centro de Estudos Jurídicos, para ajudar na elaboração da lei, se for preciso, e qualquer outra forma de ajuda em que a gente possa ser útil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) - Obrigado, Thiago. Tem a palavra, Michel Weber.

O SR. MICHEL WEBER – Pessoal, meu nome é Michel Weber, sou DJ, cantor, poeta, atleta e vagabundo (risos). Estou aqui representando o pessoal do *slackline* na Avenida Paulista, que é a arte do equilíbrio. Esse esporte é praticado há mais de 10 anos lá no final da Avenida Paulista com a Consolação. Quero só ressaltar que, na verdade, os artistas, além de estarem em um lugar de exposição, muitos deles têm essa atividade como fonte de renda. Nós do *slackline* compramos os equipamentos, passamos o chapéu, fazemos nossas apresentações, não temos nenhum tipo de áudio ligado. Estamos impedidos de trabalhar nesse período. Participamos também de algumas das reuniões. Eu também faço um pouco de comédia nas apresentações, em cima da fita. Então, eu queria que houvesse esse olhar das pessoas não só para o *slackline*, porque todos os artistas precisam trabalhar e, no Ruas Abertas, eles têm uma fonte de renda – que não a principal, mas fonte de renda complementar. Através do nosso trabalho do *slackline*, nós mandamos atletas para festivais nacionais e internacionais inclusive. Então, é muito importante que a gente possa ter esse espaço e possa utilizar da mesma forma que todos os outros artistas.

Por tudo o que eu vi aqui e já acompanhei, o que a gente precisa combater, na verdade, são os excessos. Nem os moradores nem os artistas estão errados; na minha opinião, está errado quem está cometendo os excessos. E essas pessoas, no final, tanto os moradores como os artistas, estão pagando por aqueles que estão cometendo excessos.

Então, acho importante ressaltar isso e deixar claro que muitos dos dois lados estão sendo prejudicados. Acho que quem tem bom senso e quem quer que a questão seja resolvida

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 34 DE 50

tem interesse de que a solução seja boa para todos, como vocês têm o grupo de vocês.

Quero encerrar com uma pequena poesia da minha autoria: “Onde houver pecado, lá estarei”. Muito obrigado. Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) - Obrigado. Próximo, Steve.

O SR. STEVE – Boa noite a todos. Desculpem a falta de familiaridade com o microfone, não sou como vocês artistas. Sou Steve, morador da Avenida Paulista, não estou representando ninguém, vim por convite do Marcelo. Primeiramente, quero agradecer ao organizador da desta audiência pública. Vi que há unanimidade, todos estão em consenso em querer resolver a situação referente à ambientação da Avenida Paulista para todo mundo conviver em harmonia, tanto os artistas como os moradores. Eu moro na Avenida Paulista já há 5 anos e um pouquinho, mas, antes disso, eu sempre estava na Paulista aos domingos e era uma coisa feliz, harmoniosa, a gente não tinha reclamação, acho que não havia problemas.

Vim mesmo para falar com o Subprefeito da Sé, infelizmente ele não pôde comparecer; mas deixo o questionamento. Diante de todas essas fragilidades apontadas hoje, eu queria saber se existe um plano de ação efetivo para que haja uma solução. Seria esse o meu questionamento. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Steve. Tem a palavra a próxima oradora, Fedora.

A SRA. FEDORA - Olá, boa noite. Muito obrigada. Queria cumprimentar a todos. Sou a Fedora. Moro na Paulista há 13 anos. Eu sou formada em cinema, tenho pós-graduação em História da Arte, sou psicóloga, psicanalista e sou uma pessoa autista. Isso quer dizer algumas coisas que para mim, algumas coisas me afetam mais do que a pessoas neurotípicas, coisas para as quais eu busco clareza.

Quando a gente entra nesse debate, eu sempre ouço as mesmas coisas: “Vai descambar para a direita contra a esquerda, classes sociais brigando, o direito da arte contra o direito de quem mora”. A gente precisa parar com isso, é uma questão muito prática: faz 10 anos que eu não durmo, que eu sou violentada dentro de casa pelo barulho. Esse fim de semana tinha

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 35 DE 50

uma fanfarra de faculdade fazendo *show* na frente da fiscalização. E não é daqui a 6 meses: semana que vem eu não vou dormir de novo. Eu trabalho a semana inteira ajudando outras pessoas e eu não tenho um dia de descanso. E, no sábado, eu sei que domingo eu não vou dormir, que eu não vou conseguir ficar dentro de casa e que eu vou começar a enlouquecer.

O debate é muito simples: não é para ter guerra sonora em lugar nenhum. E a gente precisa parar de achar que aqui é diferente do resto do mundo. Não é. Cidades europeias estão enlouquecendo com o turismo de massa. Avenida Paulista é turismo de massa. A questão é não ter 32 outras ruas pela cidade para as pessoas pertencerem à cidade, porque, senão, fica sempre isto: “Não. A Avenida Paulista tem rico”. Gente, vejam os apartamentos de onde eu moro!

Não é isso. O debate é mais basal: não é para agredir ninguém com caixa de som. Os artistas precisam de dignidade, ter política pública clara, espaços claros para se apresentarem e a população poder circular com isso. A gente precisa parar com esse debate, que começa a ficar enlouquecedor e não chega a lugar nenhum.

De novo: domingo que vem eu adoraria descansar e me sentir bem dentro da minha casa. É para ser mais simples do que isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) - Luiz. (Pausa)

O SR. LUIZ ARAÚJO - Oi, boa noite. Tudo bem? Meu nome é Luiz, sou mais conhecido como Laplata. Também sou guitarrista e há 15 anos eu toco na Avenida Paulista. Aqui não é uma briga entre nós, músicos e moradores. Ao contrário: a gente quer levar alegria para vocês. O grande problema é a comunicação interna, totalmente entre Prefeitura e órgãos competentes. Então, assim: os músicos e os moradores, nós entramos num conceito bacana, onde a gente que é músico, a gente se conversa. Mas eu não acho justo eu chegar com minha banda, a gente tocando em uma altura bem bacana; e, do lado montam um estande gigantesco da Smart Fit. Eu sei a diferença entre um evento e um *show* de rua. O que eles fazem é um evento com estrutura, montado com profissionais e com produtor. Só que aí um morador igual a Fedora não consegue diferenciar se é um guitarrista como eu ou se é uma fanfarra. Eu não estou falando que fanfarra não é arte, eu não estou querendo separar o que é arte, o que não é, mas

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 36 DE 50

algumas coisas têm que ser separada.

Há 15 anos eu e o Fernando tocamos lá, nunca teve esse problema gigantesco dos moradores. Tinha. Mas era menos. Depois, vieram esses eventos produzidos por Smart Fit, por fanfarra, pelas faculdades etc. Eu não estou falando que antes não havia isso, mas hoje eu garanto que tem muito mais do que antigamente.

Outras situações estão tomando espaço que seria para os artistas de rua chegarem e tocarem. Vou pegar como exemplo, uma situação que precisava da autorização da Prefeitura. Houve a última reunião da Subprefeitura de Pinheiros para se conversar; aí, fica essa demora. Outro exemplo muito claro: teve uma reunião em que nós conversamos sobre o mapa, tudo bonitinho. Aí, eu ainda falei: “Mas essa informação vai ser passada, por exemplo, para a PM ou para a GCM?”. Não, a gente acertou uma situação numa quinta-feira e, no domingo, os policiais estavam pegando os equipamentos dos artistas.

Aqui ninguém está falando: “Não quer barulho, não more na Avenida Paulista”. Ninguém está falando isso.

- Manifestação do público.

O SR. LUIZ ARAÚJO – Não, tudo bem. Mas aqui é uma conversa em que não tem ninguém falando isso.

- Manifestação do público.

O SR. LUIZ ARAÚJO – O que que vale é o que está acontecendo aqui, não o que acontece lá fora. Então, a gente só quer entender. Já vi morador chamar a polícia e falar assim: “Aquele guitarrista ali”. Só que o som de que o morador estava reclamando era de um samba do outro lado de onde eu estava.

Também tem outra situação, de pessoas que se apoderam de um espaço e ainda postam na internet que estão alugando isso. Espera aí: não há uma fiscalização, porque os artistas de verdade não fazem isso. Garanto que, quando eu vou tocar, a primeira coisa que eu faço, antes de ter mapa, é olhar e perguntar: “Será que aqui tem morador?”.

Então, aqui não é uma briga. Não vamos brigar porque nós temos os nossos direitos

e vocês, o direito de vocês. A gente só quer acertar uma situação que fique boa para vocês e para nós.

Uma coisa muito importante: a comunicação interna. Não adianta a gente chegar aqui e resolver algo; aí, domingo o povo está tomando cassetete da polícia. Sabe por que eu parei de tocar na Paulista? Porque a partir do momento em que eu elevei os meus *shows*, eu fico com medo de levar um amplificador que paguei 50 mil reais. Aí, a polícia apreende. “Não, mas eles devolvem”. Quando devolvem, vem tudo quebrado. Então, a gente só quer trabalhar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) - Obrigado, Luiz. Acabaram as inscrições. Agora, passo a palavra a quem quiser fazer as suas considerações finais. Peço que fiquem atentos e cumpram o tempo de três minutos. O Pedro Leão, que está *on-line*, quer fazer alguma consideração? (Pausa)

O SR. PEDRO LEÃO – Boa noite, Vereador. Nós, da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, estamos à disposição para a retomada do diálogo entre Poder Público, Executivo, representantes dos moradores e também dos artistas. Estamos à disposição. Boa noite a todas e todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) - Obrigado, Pedro, mais uma vez pela sua participação. Raphaela.

A SRA. RAPHAELA JOSÉ CYRILLO GALLETI - Primeiramente, quero me desculpar pela má pronúncia do nome do Vereador na primeira fala.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Imagina, que é isso? Estou acostumado. Quem se chamada Jason com “dh” não pode ficar bravo.

A SRA. RAPHAELA JOSÉ CYRILLO GALLETI – Uma vez, conversando com uma pessoa que eu conheci na hora, perguntei o nome dele, dei risada porque o nome dele era diferente, e ele falou: “Você está falando o quê? O seu é Raphaela” (risos). Está tudo bem.

Primeiramente, quero agradecer muito a esta Mesa, a esta Comissão e aos que fizeram parte dos debates, presencial e virtualmente. A gente está em um início de conversa.

Claro que há aqui moradores que conhecem o tamanho do problema, como a Fedora, que deu depoimento. Vemos que os artistas também têm os seus próprios problemas.

Quero destacar que o Ruas Abertas começou só há 10 anos. Antes, a Avenida Paulista não tinha essa calçada boa que tem hoje, acessível, que foi feita em 2007, 2008. Então, foi essa calçada que começou a trazer essa atividade.

Sobre essa configuração da Avenida Paulista, a gente tem que lembrar de 1968, quando, numa canetada, o Prefeito Faria Lima desapropriou de ponta a ponta. A Paulista que tinha 27 metros de largura, com jardins em frente a cada prédio. Por exemplo, na Nações Unidas, na esquerda da Brigadeiro, tinha um jardim de 500 m² com lago, jardim chinês etc. Tudo isso foi tomado por desapropriação na época da ditadura. Então, as pessoas se confundem um pouco na arquitetura da Paulista, sobre o que é comercial ou não. Porque o Três Marias, o Nações, eles não estavam para ser rentes à calçada, eles estavam a muitos metros atrás quando a calçada veio para cá. Então, as pessoas olham, acham que é tudo comercial por uma questão física, por uma questão de percepção, da falta desse elemento que nos foi tomado. O grande erro da Avenida Paulista está no decreto expropriatório de 1968.

Hoje nós temos outro problema. Eu não quero que a nossa artista, que está na Mesa - que já vi tocar, é muito legal -, tenha sua atuação suprimida por uma banda enorme ou por aquelas mesas de som, de equipamento para estádio como o Allianz Parque ou Morumbi. Não quero que o seu som seja superado por aquele, numa guerra sonora, como alguns anos atrás eu vi. Eu não quero que aquele cover do Elvis Presley – acho que ele até já faleceu - tenha tomado, ali perto do Baronesa, uma microfonada de um outro artista. Você se lembra? Um negócio drástico.

Vamos ter que nos compor para que, efetivamente, caixas de som enorme, geradores, mesas de som até com barracas de proteção não tenham espaço lá por uma questão de saúde pública. Agradeço ao Marcelo, que foi longe na sua análise, com muito estudos técnicos com especialistas, estudos que fizeram a nossa percepção de morador estar consubstanciada na ciência. Então, as conclusões da nossa percepção são conclusão com base científica. E

contem conosco para avançarmos nesse caminho conciliatório.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) - Obrigado, Raphaela. Tem a palavra, Marcelo.

O SR. MARCELO SANDO DE OLIVEIRA - Eu acho importante a gente lembrar que o programa Ruas Abertas era para ser uma política de saúde, meio ambiente e cultura. E, dentro dessa lógica de uma política de mobilidade, a gente vai reduzir o barulho e o impacto do trânsito na vida das pessoas, criando um espaço mais harmonioso e silencioso para convivência e lazer.

O grande problema que a gente tem vivido hoje socialmente no mundo, não só na cidade de São Paulo, mas no mundo inteiro, é a grande crise de convivência. Nós perdemos a capacidade de mediar conflitos e interesses divergentes. Dentro disso, não existe uma solução que seja um mundo ideal para ninguém. Existe uma necessidade, assim como no Equilíbrio de Nash, de todo mundo ter que perder algo para que haja algo melhor para todos, e não só para um grupo.

O que eu peço é que entrem no *site* <https://www.paulistaboaparatodos.org/>. Lá existem dois documentários extremamente completos. O primeiro, *Vozes da Paulista*, mostra o impacto na população residente e fala das vozes que vêm sendo silenciadas pelo barulho. O outro se chama *Olhares sobre a Paulista*, com a participação do Nabil e de pessoas que executaram o programa e foram responsáveis por sua implementação desde a origem: nossos parceiros acústicos da ProAcústica e médicos importantes, como o Dr. Gonzalo Vecina, que é um dos fundadores da Anvisa e também um dos nossos apoiadores. Assistam aos documentários no *site*.

Também há todos os relatórios, incluindo o elaborado pelo pessoal do Cejur, da FGV; o elaborado pela Medicina e Saúde Pública, da USP; e o relatório elaborado pelo EncontroACP, de um grupo de psicólogos que visitaram os condomínios, foram até os apartamentos, ouviram em primeira pessoa o impacto sonoro e leram os mais de 300 depoimentos que estão no *site* na íntegra. Vale a pena ler os depoimentos dos moradores e entender o impacto que isso tem causado.

Não é só uma sensação subjetiva. Existe, agora uma rede de sensores que nós

instalamos na Avenida Paulista. Já estamos com 4 sensores que medem o número de decibéis da avenida em tempo real, 24 horas por dia. E ele conta com uma inteligência artificial que identifica a fonte principal do ruído. Então nós sabemos exatamente quando estão tocando música acima do limite que a OMS determina como sendo o limite do que é prejudicial/saudável para o ser humano que é de 65 decibéis de exposição contínua. Estamos falando de algo que, discordo do Nabil, era para ser um programa de saúde, lazer e cultura e se tornou um evento desorganizado, promovido informalmente pela Prefeitura de São Paulo, sem a respectiva gestão, sem a respectiva estrutura para que ele aconteça, sem os instrumentos de participação social, sem os instrumentos de gestão, controle e fiscalização.

Então, fica o convite, leiam os relatórios, visitem o site, assistam os documentários.

Tem bastante material.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Marcelo.

Celso Reeks.

O SR. CELSO REEKS – Queria, mais uma vez, agradecer por este espaço de debate. Vou dar uma passada rápida, analisando algumas coisas das falas.

Acho que primeiro tem uma palavra que precisamos trabalhar muito, um conceito que é empatia, que é um termo que ficou banalizado e que precisamos exercitar, precisamos nos colocar no lugar do outro e entender a posição do outro, se tem um outro que está trazendo algum problema, eu não posso me sentir ofendido e falar logo de cara: “Não, você está viajando, você está ficando louco, ah, que não sei o que...”, “Não, o problema está no outro”. Não, eu preciso escutar, ouvir, refletir em cima dessa questão para tentarmos trabalhar juntos, e o outro lado também. Precisamos melhorar o diálogo através de um exercício de empatia.

E têm algumas coisas que precisam ser contextualizadas. Foi muito falado sobre a operação delegada. A Lei de artistas de rua só existe por causa da operação delegada. Em 2009 e 2010, quando surgiu a operação delegada, apareceram os primeiros casos de abuso de violência contra artistas de rua, porque simplesmente apareceu ali um projeto de fiscalização,

policiamento ostensivo na Paulista e no Centro de São Paulo, para - no começo com a justificativa de combater violência e o comércio ambulante irregular - e isso respingou para artistas de rua e tivemos um projeto de limpeza do espaço público.

E por causa desses episódios de violência, denunciemos, mobilizamo-nos, denunciemos a gestão do Kassab na época, ele percebeu o erro, tentou se retratar através de um Decreto, inicialmente, e nós, vendo que um Decreto é como um instrumento que pode ser facilmente derrubado pelo próximo Prefeito, pelo próprio Prefeito em exercício, falamos: “Não, vamos atrás de uma Lei”. Então, temos hoje a Lei 15.776 como resultado da truculência da ação delegada. E essa truculência se repete hoje. Temos hoje policiais PM e GCM, e fiscalização agindo de modo truculento contra artistas de rua, tanto durante a Paulista aberta, como fora dela. Temos episódios como o Fernando falou, uma série de denúncias de artistas que são abordados e proibidos... muitas vezes com violência e sem justificativa legal... artistas e artesãos, na Paulista, no Centro, na Liberdade, no Centro Histórico.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO SANDO DE OLIVEIRA – Mas, só contextualizando, a ação delegada, para certas coisas, ela tem funcionado para reduzir violência e crime, talvez, mas ela continua sendo um instrumento de repressão contra a arte de rua e sem justificativa legal. Ela sempre trabalha em cima de... ao arripio da Lei...Atua de forma criminosa. Isso é uma...temos trazido uma série de denúncias, levamos essas denúncias constantemente para o Sr. Subprefeito, para Subprefeitura, que simplesmente responde: “Não, aquele artista devia estar fazendo alguma coisa errada, se não o policial não agia.

Então, vemos que existe um *modus operandi* desta gestão, que ela tem um problema... e aqui eu, Pedro Leão, parceiraço, amigo, precisamos que a Secretaria de Cultura se posicione de uma forma mais firme em defesa dos artistas de rua, em defesa não só dos artistas de rua, mas dos diversos setores da cultura, que têm sido ameaçados por alguns erros desta gestão, alguns são intencionais, outros não, e precisamos que haja uma atuação mais forte da Secretaria de Cultura como representante dos nossos fazedores de cultura.

Vou tentar não me estender muito, pois já me estendi.

Temos também um problema de comunicação, como já foi trazido. Se temos hoje artistas que acabam cometendo abusos, se temos eventos que acontecem na Avenida Paulista de forma irregular, se temos uma guerra sonora, é muito problema de comunicação. Precisamos, já trouxemos isso para a Prefeitura e eu reforço que precisamos que a Prefeitura trabalhe comunicação.

Precisamos de uma reedição atualizada do guia arte na rua, que é uma cartilha que eu tenho um dos últimos exemplares impressos, uma cartilha que foi produzida em 2015 pela Prefeitura que traz - de uma forma bem didática - como funciona, quais são as regras que estão dentro da Lei 15.776, como os artistas de rua precisam... quais são as regras que precisamos trabalhar na rua para respeitar o outro artista, para respeitar o cidadão, para respeitar o comerciante? Traz também quais são os direitos para esfregar na cara do policial que vem agir de forma equivocada, e precisamos de uma reedição para que ela seja ainda mais didática, para que ela chegue nos artistas todos, chegue também na população, chegue nos agentes de segurança.

Precisamos que tenha um treinamento desses agentes, uma qualificação de agentes fiscalizadores, para que essa coisa aconteça de forma eficiente, clara e objetiva, como a Fedora trouxe, porque realmente não adianta termos um regramento todo, as regras temos na Lei 15.776, na Lei dos artistas de rua, na Lei das ruas abertas, na Lei de uso e ocupação de solo e tudo mais, já deveriam ser suficientes, mas elas não acontecem porque não temos treinamento adequado, não temos uma definição de quem é o órgão fiscalizador, então fica um empurra-empurra que deixa todo mundo absolutamente louco.

E, por fim, precisamos considerar essas novas formas de ocupação artística como é o *slackline* do pessoal do Michel. Tem muitos de que olhamos e enxergamos como uma prática esportiva, porque ela é uma prática que mistura esporte com cultura. Ela é uma prática física, atlética, mas ela se relaciona diretamente com tradições circenses, equilibrismo e corda bamba,

acrobacias, malabarismo, palhaçaria. Ela precisa ser vista de uma forma mais holística, talvez e entender.

Também tem uma questão que acontece muito com o *slackline*, com malabares de fogo, de faca e várias outras práticas que as pessoas que não têm conhecimento podem olhar e falar: “Nossa, isso é perigoso, vai trazer risco para a população”. Não, quando trabalhamos no circo, está aqui o Camilo Torres, um circense tradicional para provar o que estou falando, quando trabalhamos no circo ou numa prática como *slackline* é risco controlado. Temos noção do risco e trabalhamos nesse. Sou circense também, diretor-técnico responsável de segurança no meu grupo. Trabalhamos, temos consciência do risco e usamos equipamentos, técnicas e seguimos legislações para que esse risco seja sempre o mais próximo possível a zero.

Não existe risco zero, porque risco sempre existe, mas trabalhamos com risco totalmente controlado. O Michael falou que passa o chapéu para comprar equipamentos. Esses equipamentos são os equipamentos de segurança dentro das normas mais modernas que temos, são normas que eles estão trazendo que não estão nem em prática no Brasil, são normas internacionais que ainda não chegaram aqui. Aí está, por exemplo, o exercício da empatia.

Eu me estendi bem mais do que eu deveria, mas porque são muitos assuntos. Então é isso, um trabalho na empatia. Vamos trabalhar a comunicação e vamos cobrar o poder público de cumprir o seu papel fiscalizador e gestor do espaço urbano.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Celso.

Vou passar agora para o Alessandro Azevedo, Coordenador do Ministério da Cultura aqui em São Paulo.

O SR. ALESSANDRO CÉZAR ARAÚJO AZEVEDO - Obrigado. Só agradecer e reiterar a nossa disposição, enquanto Ministério da Cultura, em participar deste trabalho conjunto, moradores, representantes de moradores, artistas, trabalhadores da cultura, Poder Legislativo.

Quero mencionar a presença de uma pessoa que, naquele momento que participamos da escrita do Decreto, que participou da elaboração desta cartilha, que é de suma

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 48

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 44 DE 50

importância, que foi um norte para a Polícia Militar, para a GCM, para os fiscais das Subprefeituras. E eu desejo que vocês consigam essa reedição desta cartilha, porque ela é de suma importância para ser distribuída. Lembro-me que muitas vezes chegava um policial, alguma coisa, e o artista de rua sempre... “Está aqui, está tudo aqui escrito nessa cartilha”, então a reedição dessa cartilha é de suma importância.

Mas eu falei que ia fazer a menção ao Rodrigo. Rodrigo, você hoje está na Comissão da OAB, de cultura, e participou dessa luta conosco para criação da Lei do artista de rua, da escrita, do Decreto, da cartilha, o nosso querido, Camilo Torres, Palhaço Pirulitos, que é um parceiro da arte circense, e Dheison, você conseguiu com esta audiência pública aqui reunir muita gente importante para esta luta, fazer com que até o Sr. Pedro Leão esteja aqui se colocando como representante do Poder Executivo neste momento, representando o Sr. Secretário de Cultura, colocando-se à disposição para esta mediação junto ao Subprefeito da Sé, para que avance esse diálogo, para que tenha uma segunda reunião da Comissão de Conciliação, porque que eu percebo aqui é que é isso, todos os elementos estão postos, só precisa ter essa reunião para vocês chegarem em um acordo.

Temos relatos dos próprios moradores que lutam para que a Paulista continue existindo do jeito aberto, mas que não tenha essa guerra sonora que é para todos conseguirem conviver em comunhão.

Nós, lá no Governo Federal, eu até peguei esse número da Lei aqui, tem um PL que está no Congresso hoje, que é o 3.308 de 2019, que inicialmente foi movimentado lá por um parlamentar que fez parte desta Casa, o Sr. Vicente Cândido, depois o nosso atual Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, foi da SRI também, foi Deputado Federal e, no período que ele esteve Deputado deu uma movimentada nesta Lei que é o PL 3.308 de 2019. Então, já vamos nos debruçar, porque acredito que tendo uma regulamentação para o artista de rua em nível federal, vai ajudar bastante nas instâncias municipais e estaduais. Nós começaremos a provocar essa discussão no Congresso para que essa regulamentação aconteça.

Então, quero agradecer e dizer a importância desta audiência. A participação popular é de suma importância, por isso esse espaço que foi garantido pelo nobre Vereador Dheison é preciso ser mantido.

Dheison, você está agora conduzindo toda esta discussão, espero que seja dada continuidade. Coloco-me à disposição e agradeço a todos os presentes e aos que estavam de forma online.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Alessandro.

Passo a palavra para as considerações finais da Sra. Maria Preu.

A SRA. MARIA PREU - Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui, ser voz para os meus amigos artistas, cantores, artistas de rua e que possamos avançar nesta conversa, nesta Comissão, para que fique tudo bem para todo mundo.

Acho que tudo o que foi colocado em pauta sobre a saúde mental, principalmente, que é bem importante que seja resolvido. Só quero agradecer mesmo, porque eu também quero voltar a tocar na Paulista como antes, respeitando, claro, uns aos outros, os artistas, os moradores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado.

Pessoal, só para dialogar com algumas falas que tivemos... Primeiro, com a do Felipe. Eu até falei aqui que acho que esta audiência pública, na verdade, nasceu sobre uma pressão que se tinha em relação à fiscalização truculenta que se tinha na Paulista. Aquela tomada das caixas de som, que foi falada e também da venda de espaços da Avenida Paulista ao longo do tempo, ela tomou outros contornos. Então, pudemos somar a esta mobilização dos moradores a questão da poluição sonora, e teve outros tantos debates que permearam esta audiência pública, por isso ruas abertas. Então, por isso não convidamos todas as outras Secretarias aqui, como você sugeriu, acho que é fundamental, até porque uma vez que era uma

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 46 DE 50

coisa que estava sob a jurisprudência da Subprefeitura da Sé, ela nasceu desse intuito, ativemos a isso.

Mas, acho que podemos promover outros debates, outras audiências aqui, com a Secretaria de Turismo. São fundamentais as considerações do Felipe, e de maneira geral, acho que todas as falas vão para o caminho de fazermos uma conciliação. Acho que foi a palavra mais dita no dia de hoje, porque eu não ouvi de nenhum artista que os moradores não têm direito ao seu sossego, ao seu bem-estar.

E também não ouvi de nenhum morador que o artista não pode estar na rua. Então, acho que o espírito da saúde pública que teve hoje, concreto, foi um sentimento de como conciliar. A minha cobrança na fala anterior foi justamente nisso, porque temos os dois lados que, em tese, estariam em polos diferentes, conciliando, e quem deveria facilitar, ser o moderador desta conciliação infelizmente não esteve aqui, hoje. Então, isto me deixa de maneira muito perplexa e acho que o meu papel como Presidente da Subcomissão de Cultura é tentar propor ainda mais este debate.

É extremamente importante a presença do Sr. Pedro Leão, como membro do Poder Executivo nesta audiência pública, hoje. Pedro, mais uma vez te agradecemos imensamente. Você tentar fazer essa interlocução junto a Subprefeitura da Sé, junto ao Secretário de Cultura, e poder tentar ajudar a articular com as outras Secretarias é fundamental. Esta Comissão de Conciliação não pode demorar mais três, quatro, cinco, seis meses.

Tem um grito silencioso de desespero dos moradores de poder tentar resolver. E o que vemos aqui é o seguinte: a Prefeitura, e mais uma vez vou falar da Prefeitura, não na perspectiva de torcida organizada, nem de nós contra eles, é porque o papel constitucional de fiscalização é da Prefeitura, ela que tem que fazer isso. Eu não posso chegar lá como Vereador e dizer: “Oh, aqui não pode, aqui pode.”, não posso. Meu papel é legislar.

Quem tem um poder constitucional para fazer isso é o Poder Executivo, por isso estamos fazendo este apelo tão grande ao Poder Executivo, porque a sensação que tenho é que fui lá, liguei a minha caixa de som, o Marcelo sentou ao meu lado, aumentou um pouquinho o

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 47 DE 50

volume dele, um pouquinho para mais, a Raphaela subsequente, depois veio o McDonald's e engoliu nós três no som. Na semana seguinte eu falo: "Então é esse som? Então vou arrumar um mais potente". Fica uma briga e chega uma hora que não se tem mais quem é o causador, e sim o fato concreto no qual o artista não está conseguindo trabalhar, nem o morador conseguindo descansar.

E quem tinha que fazer a fiscalização era a Prefeitura, não pode deixar ter venda de espaço público. A Prefeitura tem que ter fiscal lá, se tiver fiscal suficiente, temos que fazer.

Eu até brinquei, numa conversa que tive com o Marcelo: se há Operação Delegada para contratar mais policiais, por que não ter uma Operação Delegada da fiscalização, uma Operação Delegada com profissionais da saúde para discutir isso? Por que não podemos requisitar os profissionais do nosso quadro efetivo para trabalhar também nesse tema? Observamos, percebemos aqui, e várias falas também apontaram isso. A Raphaela foi a primeira a provocar essa discussão sobre a ausência de outras avenidas nas subprefeituras.

Isso cria também uma competição entre os artistas em um único espaço, que acontece naquele dia. Essa concentração gera alta demanda, porque as pessoas que querem usufruir de uma rua aberta têm como única opção a Avenida Paulista ou a Liberdade naquele dia. Assim, se tivéssemos uma iniciativa semelhante em cada subprefeitura, ao menos, distribuiríamos a demanda tanto dos munícipes quanto dos artistas em todas as regiões. Ou seja, há uma série de questões que precisam ser amplamente debatidas.

As leis e decretos existem, estamos falando de algo que já avançou e foi aprovado na Câmara. O que se clama hoje é apenas a execução e fiscalização do que já está estabelecido. Não estamos discutindo a criação de novas leis neste momento. Portanto, trata-se de um tema complexo, mas também simples, pois o mais difícil seria se estivéssemos aqui hoje formulando uma lei ou um projeto de lei. Não é o caso. Estamos tratando da execução do que já existe.

Esta audiência pública traz luz para esse debate, e acredito que nosso papel é contribuir com ele. Podem contar comigo na Subcomissão de Cultura. Tenho certeza de que, com todos os outros integrantes que não puderam estar presentes hoje, haverá outra frente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 52

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 48 DE 50

parlamentar extremamente importante, da qual participam o Vereador Nabil Bonduki, a Vereadora Marina Bragante e a Vereadora Renata Falzoni, representando a Frente Parlamentar pelo Direito à Cidade.

Será fundamental estender esse debate, considerando também as subprefeituras, e refletir sobre a abertura de ruas na cidade de São Paulo de forma mais ampla.

Agradeço a todos e todas aqui presentes. Podem ter certeza de que elaboraremos um relatório do que foi discutido hoje, que será encaminhado para a Subprefeitura da Sé – principal objeto desta reunião –, bem como para as demais Secretarias envolvidas, incluindo a Casa Civil e a Secretaria de Governo, pois todos os debates perpassam por essas instâncias.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Vamos encaminhar também para a Secretaria Municipal de Segurança Pública.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Está correto, Fernando. Vamos notificar o Secretário Municipal de Segurança Urbana, Sr. Orlando Morando, e realizar este debate. Já temos um requerimento; eu também faço parte da Comissão de Segurança Pública, e, juntamente com a Vereadora Luana Alves, já apresentamos requerimentos de informação à Polícia. Esse é, inclusive, o motivo do pedido desta audiência pública. Além disso, vamos encaminhar outros pontos pertinentes.

O SR. ALESSANDRO CÉZAR ARAÚJO AZEVEDO – Peço que você faça o convite para a próxima reunião da Subcomissão, que será na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Mantemos, assim, a dinâmica de reuniões a cada quinze dias. Nessas reuniões ordinárias da Subcomissão de Cultura, aprovamos requerimentos e realizamos debates no âmbito da Subcomissão, vinculada à Comissão de Finanças.

Para quem não conhece, é um importante instrumento. A Subcomissão está vinculada à Comissão de Finanças e não à Comissão de Educação, como mencionou o Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 53

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 49 DE 50

Nabil Bonduki, porque a principal questão da cultura envolve o orçamento.

A partir desse ponto nasce o debate para discutirmos o orçamento da cultura, a execução orçamentária da cultura e os fomentos disponíveis. Por isso, a Subcomissão está ali. Acredito que é uma ideia extremamente importante transformar a Cultura não apenas em uma comissão ordinária vinculada à cultura ou à Subcomissão de Finanças, mas mantê-la sempre como uma comissão ordinária.

Nesta quarta-feira, metade do tempo da reunião será dedicada à aprovação dos requerimentos e a outra metade se tornará uma audiência pública ordinária. Assim, a Subcomissão de Cultura realiza sempre uma audiência pública ordinária para que pessoas que militam na cultura possam apresentar suas demandas, que serão encaminhadas adequadamente. Na quarta-feira, também discutiremos esta audiência pública realizada hoje, e farei sugestões posteriores.

Essa frente parlamentar é bastante abrangente. Podemos convocar uma segunda audiência, seja pela Subcomissão de Cultura ou pela Frente Parlamentar de Direito à Cidade, à qual solicitarei me somar para acompanhar este e outros debates da cultura, especialmente sobre questões de excesso de fiscalização e segurança pública. Os vídeos que vimos, mostrando artistas sendo constrangidos e agredidos, são preocupantes.

O objetivo da Subcomissão de Cultura com esta audiência pública foi justamente tratar desses temas, considerando a venda irregular de espaço público na Avenida Paulista. Isso gera prejuízos aos cofres públicos, caracteriza-se como irregular, ilegal, imoral e inaceitável. A audiência permite dar a devida proporção e dinâmica a essa situação.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Tem a palavra, Sra. Raphaela.

A SRA. RAPHAELA JOSÉ CYRILLO GALLETTI – Quero registrar um requerimento sobre o loteamento do espaço público da Avenida Paulista, que é uma questão muito séria. Envolve músicos, produtores, agentes e empresários. Esse loteamento ocorre diariamente, das 0h às 24h, incluindo camelôs e barracas de frutas com venda de bebidas alcoólicas, funcionando

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 54

REUNIÃO: 21306 DATA: 01/09/2025 FL: 50 DE 50

sete dias por semana, 24 horas por dia.

É necessário investigar essa situação por meio da Câmara. Observa-se que produtos idênticos são vendidos em barracas a cada dez metros, muitas vezes sob aluguel de terceiros, o que é extremamente grave. Além disso, nas execuções artísticas realizadas por empresários.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Estou sabendo dos karaokês com grande repetição diária de músicas, como Evidências e Boate Azul, de cinco a dez vezes ao dia, entre outros casos. Trata-se de uma situação absurda, que beira o cômico, mas é, na verdade, trágica.

Estamos tratando da Avenida Paulista, a avenida mais importante do Brasil, que apresenta descaso e falta de fiscalização. Este é o foco da Subcomissão de Cultura, conforme a provocação desta audiência pública. A denúncia feita por Raphaela será devidamente encaminhada. É inaceitável que situações como essa ocorram 24 horas por dia, inclusive em dias de semana, quando a Paulista não está aberta ao público.

Por fim, gostaria de agradecer a todos e todas. A audiência foi transmitida ao vivo pela Rede Câmara SP e estará disponível para quem quiser assistir novamente no YouTube, em outras plataformas e, eventualmente, na Rede Câmara SP, canal 8.3. Agradeço também aos intérpretes presentes, cuja atuação foi essencial para garantir a acessibilidade.

Declaro encerrada a presente audiência pública.